

RELATÓRIO E CONTAS

2014

GNB-Companhia de Seguros, S.A.(*)

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

Capital Social 15 000 000,00 Euros

(*) GNB - Companhia de Seguros, S.A., passou a ser a nova denominação social da BES, Companhia de Seguros, S.A., conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014

Índice

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O setor segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade
- 1.4 A atividade da GNB Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. Relatório de Gestão

1.1. Estrutura e práticas de governo societário

1. Introdução

Neste período há a salientar o anúncio da resolução do Banco Espírito Santo (BES), em 3 de Agosto de 2014, aplicada pelo Banco de Portugal (BdP). O BES detinha uma participação direta de 24,99334% no capital da GNB Seguros (ponto 5), a qual, por via da resolução do BdP atrás referida transitou para a esfera patrimonial do Novo Banco (NB).

Na sequência dos fatos relacionados com aquela resolução, assistiu-se à renúncia de alguns membros dos órgãos sociais da GNB Seguros, dos quais se fala mais em detalhe no ponto 3. deste capítulo.

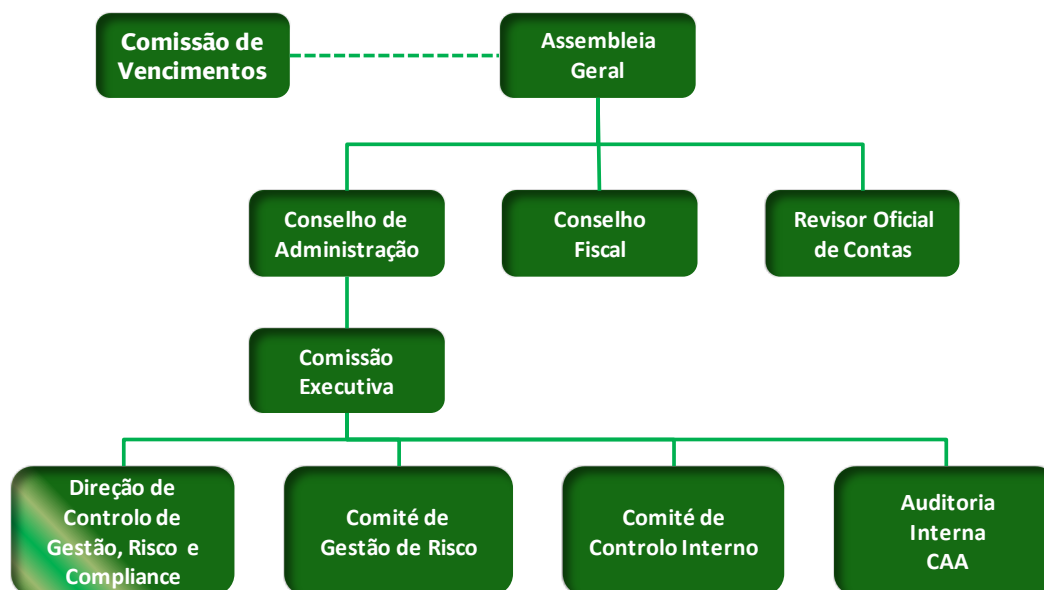
Apesar disso, durante este período não ocorreram alterações ao nível das regras e estrutura de governo da GNB-Companhia de Seguros, S.A. (nova designação da até então BES, Companhia de Seguros, S.A., conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014).

A sua ação consubstanciou-se na manutenção da garantia de uma governação responsável e norteada por objetivos concretos, tendo em vista a criação de valor para os seus acionistas, valorização dos colaboradores e disponibilização de produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percecionado.

A transparência e lealdade nas relações com todos revestem-se de fulcral importância para a consolidação da sua carteira.

A consolidação das estruturas criadas nos períodos anteriores, nomeadamente as concernentes à gestão de risco e controlo interno, e compliance, viram reforçada a sua intervenção na atividade interna da empresa, sendo reconhecidas como áreas de suporte às decisões tomadas pelas várias áreas da empresa.

2. Estrutura do Governo da GNB Seguros



A Assembleia Geral de Accionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Accionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete a nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respectivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros: um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

A função de fiscalização interna da GNB Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente.

A fiscalização externa da companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da GNB Seguros, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

3. Composição dos Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral Anual da então BES Seguros, realizada no dia 27 de junho de 2012, foram eleitos os órgãos sociais para o quadriénio de 2012 a 2015. Durante o ano de 2014 apresentaram a renúncia aos respectivos cargos o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral. Também no Conselho Fiscal ocorreu a renúncia de um membro efetivo. Nestes termos, a composição dos órgãos sociais da GNB Seguros à data do presente relatório é a seguinte:

3.1 Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.2 Identificação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: João Gomes da Silva
- Vice-Presidente: Michel Victor François Villatte
- Secretário: Francisco Vieira da Cruz

3.2.1 Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Accionistas é composta por todos os accionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia os titulares de acções averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

QUATRO – A cada acção corresponderá um voto.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os accionistas que pretendam fazer-se representar por outro accionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas colectivas indicar quem as representará; o presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

3.2.2 Representação

Os Senhores Accionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Accionistas que sejam pessoas colectivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de accionistas e de que as respectivas acções ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

3.2.3 Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Accionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia poderá deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

3.2.4 Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade:

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do órgão de Fiscalização.

3.3 Conselho de Administração

Dr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos – presidente (desde 22/10/2014)

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da GNB Vida – Companhia de Seguros, S.A.

Jean-Luc Claude Michel François – vice-presidente

Outros Cargos:

- Presidente do Conselho de Administração da Calie Europe.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Assicurazioni.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Vita.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Greece
- Presidente do Conselho de Administração da CA Insurance Greece.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan.
- Vogal do Conselho de Administração da CARI, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CARE, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração Credit Agricole Towarzystwo Ubezpieczeń S.A.

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha - vogal

Vincent Claude Paul Pacaud – vogal e CEO

Nuno Manuel da Silva Ribeiro David – vogal e COO

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Administrador delegado da GNB Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso – vogal

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Companhia de Seguros LOGO
- Vogal do Conselho de Administração da T Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da AdvanceCare, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.

Hervé Marcel Andre Hassan – vogal e CFO

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan
- Vogal do Conselho de Administração de CA Assicurazioni
- Vogal do Conselho de Administração de CA Vita
- Presidente do Conselho de Administração de VERT

Thierry Phillippe Adolphe Langrenay - vogal

Outros Cargos:

- Director Geral da Pacifica, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Predica, S.A.
- Vogal Conselho de Administração do CA Assicurazioni
- Vogal Conselho de Administração de CAAGIS
- Vice presidente do Conselho de Administração da CA Insurance Greece
- Vogal do Conselho de Administração do IFCAM
- Vogal do Conselho de Administração da Médicale de France
- Vogal do Conselho de Administração da Uni-Éditions
- Vogal do Conselho de Administração Credit Agricole Towarzystwo Ubezpieczeń S.A.
- Vogal do Conselho de Administração CAPS S.A.
- Vice presidente de ASCAA

Guillaume Michel Oreckin - vogal

Outros Cargos:

- Diretor-geral adjunto da PACIFICA S.A.
- Vice-presidente da SOPRESA S.A., membro do Conseil de Surveillance
- Carte Blanche Partenaires (représentant)
- Administrador da CACI LIFE - NON LIFE - REINSURANCE

O **Conselho de Administração** delega a gestão corrente da Sociedade numa **Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:

- Chief Executive Officer: Vincent Claude Paul Pacaud
- Chief Operacional Officer: Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
- Chief Financial Officer: Hervé Marcel Andre Hassan

3.3.1 Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os administradores podem ser accionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Accionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos, na data da eleição respectiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.3.2 Poderes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transacção).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Novo Banco, composto pelo Novo Banco ou por qualquer entidade por si directa ou indirectamente dominada.
7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.
8. Alargamento ou redução da actividade social ou modificação do objecto da sociedade;
9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.4 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da GNB Seguros é composto por um Presidente, dois membros efectivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.4.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal

- Presidente: José Maria Ribeiro da Cunha
- Vogal Efetivo: Jacques dos Santos
- Vogal Efetivo: Jean Roger Allely
- Vogal Suplente: Paulo Ribeiro da Silva

3.5 Revisor Oficial de Contas

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Identificação do Revisor Oficial de Contas

- Revisor Oficial de Contas Efetivo: Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por Ricardo Filipe de Frias Pinheiro
- Revisor Oficial de Contas Suplente: João Carlos Miguel Alves

3.6 Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

Identificação do Secretário da Sociedade

- Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho

3.7 Composição da Comissão de Vencimentos

- Rui Manuel Leão Martinho
- Renaud Filipelli

4 Estrutura de Capital

O Capital Social da GNB Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 acções com valor nominal de 5,00 euros cada.

5 Estrutura Accionista

Estrutura Accionista Actual - 31 de Dezembro de 2014		
Accionista	Nrº Acções	% Capital Social
Crédit Agricole Assurance, S.A.	1.500.000,00	50,00000%
NOVO BANCO, S.A.	749.800,00	24,99334%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	750.000,00	25,00000%
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	100,00	0,00333%
GNB Gestão de Ativos, S.A.	100,00	0,00333%
Total	3.000.000,00	100,00000%

5.1 Transmissibilidade das Acções

Os accionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das acções que o accionista transmitente pretenda efectuar.

5.2 Alteração dos Estatutos da GNB Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da GNB Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

6 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- 1) *Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação*: Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- 2) *Entidade que recolhe a comunicação*: Direcção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*; a área de *Compliance* perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as acções que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direcção poderá solicitar a colaboração da Direcção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adoptadas as medidas disciplinares necessárias com o objectivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- 3) *Comunicações Anónimas*: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de detecção e correção de situações de incumprimento reportada será tratada confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- 4) *Não retaliação*: É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efectuem a referida comunicação;
- 5) *Arquivo das Comunicações*: Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

7 Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Companhia relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A Direcção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance* é a Direcção responsável por assegurar o cumprimento rigoroso da divulgação de informação financeira, nos termos da Lei. Esta Direcção, no cumprimento das suas atribuições, efetua um acompanhamento e enquadramento da legislação com impacto na atividade seguradora e procede a uma revisão anual das obrigações de divulgação, promovendo a disseminação da informação pelos departamentos responsáveis pelas informações financeiras e monitoriza o seu cumprimento dentro dos prazos exigidos.

8 Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos órgãos sociais da GNB Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da GNB Seguros.

A política de remunerações para 2014 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 31 de Março de 2014 e teve o seguinte conteúdo:

- “1. Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da BES Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os objectivos estratégicos da empresa;*
- 2. Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respectivo desempenho individual e global;*
- 3. Considerando que na BES Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;*
- 4. Considerando que, para os membros executivos do Conselho de Administração, deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objectivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração;*

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da BES SEGUROS:

1. Membros do Conselho de Administração

a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.

b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.

c) Membros executivos do Conselho de Administração

Composição da Remuneração

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- i. *Fixa, com referência ao exercício em curso;*
A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:
 - 1. *As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal;*
 - 2. *As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos accionistas para cargos de responsabilidade semelhante;*
 - 3. *O desempenho individual anual de cada Administrador.*
- ii. *Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.*

Limites e Equilíbrio na Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.
A parte variável, a existir, representará em média 30% a 40% da remuneração total anual.

Critérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de uma parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de Grupo com a BES Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela BES Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

2. Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

3. Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.”

Em 2014, as remunerações suportadas pela GNB Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2014

Nome	Orgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Orgãos Sociais
Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes	Conselho de Administração	32.083 €		32.083 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	285.600 €	22.200 €	307.800 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	140.000 €		140.000 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	10.710 €		10.710 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	8.540 €		8.540 €
Total		476.933 €	22.200 €	499.133 €

Exercício de 2013

Nome	Orgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Orgãos Sociais
Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes	Conselho de Administração	49.000 €	0 €	49.000 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	285.600 €	22.200 €	307.800 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	130.900 €	0 €	130.900 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	10.710 €	0 €	10.710 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	8.540 €	0 €	8.540 €
Total		484.750 €	22.200 €	506.950 €

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela GNB Seguros

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

A economia mundial cresceu 3.3% em 2014, mantendo o ritmo de expansão observado no ano anterior. Subjacente a esta evolução esteve um comportamento desigual entre as diferentes áreas económicas, com uma recuperação da actividade nas economias desenvolvidas e um abrandamento no conjunto das economias emergentes.

Nos Estados Unidos, o PIB cresceu 2.4% em 2014, após um registo de 2.2% no ano anterior, suportado por uma política monetária expansionista, pela atenuação da natureza restritiva da política orçamental e pela queda significativa do preço do petróleo. A recuperação da actividade num ambiente de ampla liquidez traduziu-se em ganhos significativos dos principais índices accionistas, com o S&P 500, o Dow Jones e o Nasdaq a registarem variações anuais de 11.4%, 7.5% e 13.4%, respectivamente. A redução da taxa de desemprego, de 6.7% para 5.6% da população activa, não se traduziu em pressões inflacionistas pela via salarial. A inflação homóloga manteve-se muito contida, situando-se em 0.8% no final do ano. Para um quadro de baixa inflação nas economias desenvolvidas contribuiu a queda significativa do preço do petróleo (-49.7% no Brent, para USD 55.8/barril, e -45.9% no WTI, para USD 53.3/barril). Este comportamento resultou de uma moderação da procura conjugada com uma expansão da oferta, esta última influenciada pela decisão da OPEP de não reduzir o seu *output* em resposta à queda dos preços.

No seu conjunto, os mercados emergentes foram penalizados pelo início do *tapering* do *quantitative easing* pelo Fed, pelos receios em torno do abrandamento da actividade na China e por um aumento dos riscos geopolíticos, em particular associados às tensões entre a Ucrânia e a Rússia. O crescimento da economia chinesa recuou de 7.7% para 7.4%, sobretudo em função do arrefecimento do sector imobiliário e da actividade industrial. No Brasil, a persistência de pressões inflacionistas e a tendência de depreciação do real (-10.8% face ao dólar) levaram o Banco Central a elevar a taxa de juro SELIC de 10% para 11.75% (com uma nova subida para 12.25% em Janeiro de 2015). O PIB registou um crescimento apenas marginal, de 0.1%, após um registo de 2.5% em 2013. Em Angola, a actividade económica terá desacelerado de 6.8% para 3.9% em 2014. As restrições de liquidez e a redução da procura associadas à quebra das receitas de petróleo produziram um impacto negativo nas exportações portuguesas para esta economia.

Na Zona euro, depois de uma queda de 0.5% em 2013, o PIB cresceu 0.8% em 2014. Apesar de sinais de estabilização no 2º semestre, o crédito ao sector privado não financeiro manteve-se em queda, sobretudo no segmento das empresas, com os diferentes sectores da economia a prosseguirem um processo de desalavancagem. A evolução do crédito foi ainda restringida pela incerteza em torno da *asset quality review* e dos *stress tests* aos bancos europeus, cujos resultados – globalmente favoráveis – foram conhecidos apenas em Outubro. O BCE anunciou, em Junho e em Setembro, dois cortes de 10 bps na taxa de juro das operações principais de refinanciamento, levando esta taxa para 0.05%. No mesmo período, a taxa de juro da facilidade de depósitos foi reduzida de 0% para -0.2%. A autoridade monetária introduziu, ainda, as *Targeted Long Term Refinancing Operations* e um novo programa de aquisição de *asset-backed securities* e de *covered bonds*, com o objectivo de melhorar os mecanismos de transmissão da política monetária. Não obstante esta postura expansionista do BCE, as expectativas de inflação na Zona Euro registaram uma clara tendência de queda e, no conjunto de 2014, a inflação homóloga diminuiu de 0.8% para -0.2%. As medidas atrás referidas e a expectativa de um reforço adicional dos estímulos monetários (que viria a concretizar-se, já em Janeiro de 2015, no anúncio de um programa de *quantitative easing* com um montante inicial de EUR 1.1 *trillion*) resultaram numa diminuição significativa dos juros de mercado na segunda metade de 2014. A Euribor a 3 meses diminuiu de um máximo de 0.347%, no início do 2º trimestre, para 0.078% no final do ano, enquanto a *yield* dos Bunds a 10 anos recuou de 1.929% para 0.541% no conjunto do ano. O euro depreciou-se 12.3% face ao dólar, para EUR/USD 1.21, tendo esta tendência sido prolongada no início de 2015, para valores em torno de EUR/USD 1.13. O final de 2014 e o início de 2015 seriam marcados por um aumento da incerteza política, com uma deterioração da percepção de risco face à Grécia e um aumento da volatilidade nos mercados

financeiros. No conjunto de 2014, os principais índices accionistas europeus oscilaram entre as perdas e os ganhos moderados. Os índices FTSE100 e CAC40 recuaram 2.7% e 0.5%, respectivamente. O índice alemão DAX valorizou-se 2.65%.

1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, o ano de 2014 foi marcado pela saída do programa de assistência financeira e por uma melhoria da perceção de risco.

O PIB cresceu 0.8% em 2014, após três anos de contracção. Esta evolução assentou, sobretudo, numa recuperação da procura interna. O consumo privado cresceu 1.7%, depois de uma contracção de 1.4% em 2013, beneficiando de um aumento do rendimento disponível real e de uma melhoria da confiança das famílias. A taxa média anual de desemprego reduziu-se de 16.2% para 13.9% da população activa. A formação bruta de capital fixo terá crescido 2.2%, a partir do aumento da despesa em máquinas e equipamentos e em material de transporte. A despesa em construção atenuou, por sua vez, a tendência de queda dos últimos anos. O sector do turismo revelou um dinamismo elevado em 2014, prosseguindo a tendência dos anos anteriores. O crescimento das exportações foi, no entanto, penalizado por factores não recorrentes (relacionados com o encerramento temporário de unidades produtivas nos sectores automóvel e da refinação) e, apesar de uma recuperação no 2º semestre, recuou de 6.4% para 3.5%. Por sua vez, as importações avançaram 4.7%, em aceleração face ao ano anterior, reflectindo a recuperação da procura interna. A capacidade líquida de financiamento da economia, medida pelo excedente do saldo conjunto das balanças corrente e de capital, subiu de 1.3% para cerca de 2.2% do PIB, reflectindo um aumento da poupança interna pública e privada. O défice das contas públicas terá atingido um valor em torno de 3.7% do PIB (excluindo efeitos não recorrentes), abaixo da meta de 4%.

Os sinais de reequilíbrio financeiro, o crescimento da actividade económica e o impacto positivo das medidas do BCE resultaram numa melhoria da percepção externa sobre a economia portuguesa, que se traduziu na saída antecipada do programa de assistência económica e financeira (em Maio) e numa melhoria das condições de acesso ao financiamento de longo prazo nos mercados de capitais. A yield das OTs a 10 anos desceu, no conjunto do ano, de 6.13% para 2.69%, prolongando esta tendência no início de 2015.

No entanto, a evolução da confiança e o financiamento da actividade económica em 2014 foi condicionada pela instabilidade vivida no setor financeiro, nomeadamente após a aplicação em Agosto de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, em que a generalidade da actividade e do património foi transferida para uma nova entidade (o NOVO BANCO), tendo sido expurgado dos ativos problemáticos e cuja capitalização ficou assegurada pelo Fundo de Resolução.

Esta instabilidade penalizou ainda fortemente o mercado accionista, com o índice PSI-20 a perder perto de 27% no ano. Em todo o caso, e não obstante alguns sinais de moderação do crescimento no último trimestre, a economia portuguesa mostrou-se resiliente perante este evento, com a generalidade dos indicadores avançados a suportar um cenário de recuperação da actividade em 2015. Uma capacidade produtiva excedentária e a queda dos preços dos bens energéticos pressionaram em baixa a inflação, com a variação média anual dos preços a fechar o ano em -0.3%.

1.2.3. O setor segurador

Em 2014, a produção de seguro direto relativa à atividade em Portugal das empresas de seguros sob a supervisão prudencial da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) foi de, aproximadamente, 13,5 mil milhões de euros¹, apresentando um crescimento de 10,1% face a 2013.

Tal como no ano anterior, esta evolução na produção de seguro direto ficou a dever-se, essencialmente, à evolução positiva verificada no ramo Vida, cujo acréscimo foi de 13,8%, já que os ramos Não Vida sofreram uma ligeira contração de 0,1%.

Face a estes valores, o ramo Vida reforçou o seu peso na estrutura da carteira, de 73,2% em dezembro do ano transato, para 75,7%.

De facto, dando continuidade ao verificado no ano anterior, a produção de seguro direto do ramo Vida voltou a apresentar uma evolução positiva em 2014, atingindo os 10,2 mil milhões de euros. O crescimento verificado resultou, principalmente, do aumento da produção dos contratos de seguro de vida não ligados a fundos de investimento (aumento de 37,8%) uma vez que os contratos de investimento não ligados a fundos de investimento apresentaram um decréscimo de 2,2%, contrariando a forte subida verificada no ano anterior.

Já a produção de seguro direto Não Vida apresentou uma ligeira redução de 0,1%. Esta evolução representa, contudo, uma melhoria face ao verificado nos 2 últimos anos (-4,4% em 2013 e -3,8% no ano anterior). A estrutura de prémios dos ramos não vida não teve alterações significativas, com o Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos a representarem a quase totalidade da carteira com 37,7%, 33,6% e 20,3% respetivamente. Dos principais ramos, destaque para os crescimentos na produção verificados nos Acidentes de Trabalho (1,2%) e Doença (2,8%) e para a redução registada no ramo Automóvel (-1,7%).

Ao nível dos custos com sinistros de seguro direto em Portugal, verifica-se uma inversão face ao ano anterior, com um crescimento de 4,8%.

Este crescimento foi fortemente influenciado pelo ramo Vida, explicado pelo comportamento dos resgates que aumentaram 21,9% em relação ao período homólogo.

Nos ramos Não vida, assistiu-se a uma continuidade da contração dos custos com sinistros verificada no ano anterior, apresentando uma quebra de -2,6% face a 2013. Esta evolução deveu-se essencialmente ao comportamento do ramo Incêndio e Outros Danos, que contrariamente a 2013, registou um decréscimo de cerca de 21%. O ramo Automóvel apresentou igualmente um decréscimo, mas bastante menos significativo (-0,9%).

No final de dezembro de 2014 o valor das carteiras de investimento apresentou um acréscimo de 5,3% face ao final de 2013, apresentando o rácio de cobertura das provisões técnicas um aumento de 0,5 pontos percentuais. Os valores de mercado dos instrumentos de dívida (dívida pública e obrigações privadas) representavam 75% das carteiras de investimento do ramo Vida e 55% das carteiras de investimento dos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF estimam-se na ordem dos 155 milhões de euros.

Quanto à taxa de cobertura prevista para a margem de solvência das empresas supervisionadas pela ASF, no final de 2014, é de cerca de 212%, representando um acréscimo de 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo que as entidades do ramo Vida e Não Vida apresentaram uma taxa de cobertura de 213% e 220%, respetivamente.

¹ Fonte: ASF

1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
(Unidade: Milhares de euros)					
Variáveis de Balanço					
Activo	115.526	116.468	120.243	-0,8%	-3,1%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	100.679	100.261	102.468	0,4%	-2,2%
Provisões técnicas de seguro directo	64.446	68.558	74.976	-6,0%	-8,6%
Capital Próprio	33.097	30.214	30.177	9,5%	0,1%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	71.030	71.059	71.371	0,0%	-0,4%
Prémios emitidos liquidados de resseguro	63.377	63.872	63.432	-0,8%	0,7%
Prémios adquiridos liquidados de resseguro	63.644	64.300	63.224	-1,0%	1,7%
Custos com sinistros (bruto)*	47.286	49.092	47.001	-3,7%	4,4%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	45.454	46.892	43.627	-3,1%	7,5%
Custos e gastos de exploração líquidos	9.701	10.242	10.278	-5,3%	-0,4%
Actividade Financeira Líquida	1.344	2.212	2.231	-39,2%	-0,9%
Rendimentos liquidados de gastos financeiros	1.850	2.573	2.982	-28,1%	-13,7%
Ganhos liquidados de activos e passivos	490	-361	-751	235,7%	51,9%
Perdas de Imparidade	996	0	0	-	-
Resultado Líquido do exercício	7.733	6.993	6.831	10,6%	2,4%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	435.023	450.805	453.740	-3,5%	-0,6%
Nº de colaboradores	60	59	57	1	2
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	10,9%	9,8%	9,6%		
Resultado líquido / prémios adquiridos liquidados de resseguro	12,1%	10,9%	10,8%		
Resultado líquido / capital próprio	23,4%	23,1%	22,6%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	7.250	7.641	7.960		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.184	1.204	1.252		
Resultado líquido / nº colaboradores	129	119	120		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	63,9%	65,4%	62,9%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	71,4%	72,9%	69,0%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	15,2%	15,9%	16,3%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	86,7%	88,9%	85,3%		

* Inclui custos de gestão de sinistros

1.4. A atividade da GNB Seguros

Embora tenham existido sinais positivos na economia nacional, que se traduziram pela saída do programa de assistência financeira e por uma melhoria da percepção de risco, a instabilidade sentida no setor financeiro com os acontecimentos em torno do GES e do BES fizeram-se sentir na atividade da Companhia.

Após a aplicação em Agosto de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, em que a generalidade da atividade e do património foi transferida para uma nova entidade (o NOVO BANCO), a atividade de mediação de seguros transitou também para esta entidade. Contudo, as prioridades de captação de recursos e as preocupações inerentes à recuperação da confiança dos seus clientes, conduziu a que o foco da atividade desta entidade estivesse orientada para outras prioridades que não os seguros.

Por outro lado, decorrente da alteração da marca e imagem do principal distribuidor e um dos acionistas de referência da Companhia, houve necessidade de adaptar a imagem e designação da Companhia e dos seus produtos, com todos os impactos operacionais que isso implicou, num curto espaço de tempo.

Assim, a até então designada por BES, Companhia de Seguros S.A. (BES Seguros) passou a ter designação de GNB-Companhia de Seguros, SA (GNB Seguros).

Um outro acontecimento marcou também a atividade da Companhia, com o anúncio em Maio de 2014 da intenção de venda pelo Grupo Crédit Agricole da sua participação de 50% na Companhia à Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, operação sujeita ao respeito pelas condições de mercado e à aprovação ou não oposição por parte das entidades reguladoras.

Contudo, decorrente dos acontecimentos posteriores verificados em torno do GES e da exposição da Tranquilidade a este grupo, que fragilizou a sua situação económica, não se verificaram condições para a conclusão da operação.

Apesar de contexto de incerteza, que não pôde deixar de se fazer sentir no funcionamento regular da Companhia, a GNB Seguros procurou dar continuidade à sua estratégia de fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos nossos clientes com produtos que respondam às suas necessidades, mantendo um elevado nível de serviço e procurando otimizar a sua rentabilidade.

Em paralelo, prosseguiu com os trabalhos de adequação ao quadro regulamentar exigido pelo Solvência II, consolidando o funcionamento e os mecanismos de monitorização dos riscos das Companhias (processos, controlos, atividades e recursos).

1.4.1 Produção

A produção total obtida em 2014, através das redes do Novo Banco, do Novo Banco dos Açores, do Banco BEST e da Credibom, foi de 62 119 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2013 de 12.850 contratos (- 17,1%). Após um primeiro semestre com um crescimento, a significativa redução da actividade comercial sentida no final do ano foi fortemente influenciada pelos acontecimentos em torno do GES e do BES ocorridos nos meses de Julho e Agosto de 2014, originando uma forte diminuição do volume de apólices vendidas a partir do mês de Agosto.

Nesta conjuntura adversa, quase todos os produtos, à excepção do Automóvel e do Acidentes de Trabalho, apresentam uma menor produção quando comparados com o período homólogo do ano anterior, destacando-se negativamente o seguro GNB Saúde Ativa (Seguro de Saúde Low Cost) com uma forte diminuição do volume de vendas, após a fase de lançamento do produto (Fevereiro de 2013). Com um forte aumento da produção destaca-se o Seguro Automóvel, com mais 4.186 apólices vendidas

que no período homólogo do ano anterior (+ 22,2%). O crescimento significativo neste ramo deu-se na primeira parte do ano essencialmente devido à nova estratégia tarifária implementada a partir de Fevereiro de 2014 que, embora aplicável apenas aos novos contratos, incorpora uma tarifa mais adequada ao perfil de risco dos clientes NOVO BANCO e que permite um preço do Seguro Auto mais competitivo.

Associada a uma menor atividade, a carteira em vigor apresenta um decréscimo de 3,5%, atingindo os 435 023 contratos no final de 2014.

Para esta diminuição da carteira, mais acentuada no 2º Semestre de 2014, contribuiu os acontecimentos já referidos em torno do GES e BES.

Destaca-se essencialmente a diminuição de carteira nos Seguros Casa e Protecção ao Crédito, consequência de um ligeiro aumento no nº de apólices anuladas mas principalmente de um menor volume de vendas.

Pela positiva, destacam-se os seguros Automóvel e GNB Saúde Ativa. No Seguro Auto, aliada a uma boa performance das vendas, registou-se uma manutenção do nível de anulações do produto o que permitiu a obtenção de um crescimento de 3,7% da Carteira em Vigor (+ 3.314 apólices que em Dezembro de 2013).

	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Nº de apólices vendidas	62.119	74.966	84.393	-17,1%	-11,2%
Nº de apólices - carteira em vigor	435.023	450.805	453.740	-3,5%	-0,6%

Com um volume de 71.030 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um ligeiro decréscimo de 0,04% face ao registado em 2013 (- 29 milhares de euros), influenciado pelo decréscimo nos Seguros de Saúde (- 1,1%). Destaca-se o comportamento positivo face a 2013 dos Acidentes Pessoais (+ 5,6%) influenciado essencialmente pelo Seguro de Protecção ao Crédito (traduzindo uma retoma na concessão de Crédito), com um crescimento de 44,6% em relação a 2013 (+ 384 milhares de euros).

No entanto, a redução verificada no volume de prémios brutos emitidos foi inferior à verificada no mercado dos seguros não vida (- 0,15% face a 2013), mantendo a GNB Seguros a quota de mercado global nos seguros não vida em 1,8%.

Prémios Brutos Emitidos

Milhares de Euros	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
TOTAL	71.030	71.059	71.371	0,0%	-0,4%
Acidentes de Trabalho	21	0	-	19623,0%	-
Acidentes Pessoais	3.479	3.294	3.960	5,6%	-16,8%
Doença	27.147	27.440	27.187	-1,1%	0,9%
Riscos Múltiplos Habitação	24.095	24.051	23.776	0,2%	1,2%
Automóvel	16.289	16.275	16.447	0,1%	-1,0%
Quota de Mercado	1,8%	1,8%	1,8%		

1.4.2 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de Seguro Direto (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 47.286 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 3,7% face a 2013.

As prestações pagas diminuíram face a 2013 o que compensou o aumento dos custos de gestão imputados à função sinistros e a variação da provisão para sinistros com um impacto mais desfavorável do que o ocorrido no ano anterior.

Em 2014, à semelhança do ocorrido em anos anteriores, continuou-se a verificar um processo de adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 45.454 milhares de euros, consequência do efeito favorável do resseguro cedido, diminuindo no entanto 3,1% face ao ano anterior, explicado por o impacto do resseguro cedido não ter sido tão favorável como no ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
De seguro directo	47.286	49.092	47.001	-3,7%	4,4%
Custos directos com sinistros	40.760	43.420	41.353	-6,1%	5,0%
Prestações	42.005	46.429	42.537	-9,5%	9,1%
Variação da provisão para sinistros	-1.245	-3.009	-1.184	58,6%	-154,1%
Custos imputados à função sinistros	6.526	5.672	5.648	15,1%	0,4%
De resseguro cedido	1.832	2.200	3.374	-16,7%	-34,8%
Montantes pagos	1.290	3.003	1.856	-57,1%	61,8%
Variação da provisão para sinistros	543	-803	1.518	167,5%	-152,9%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	45.454	46.892	43.627	-3,1%	7,5%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos uma melhoria de 1,5 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No Seguro Casa registou-se uma taxa de sinistralidade de 56,2%, apresentando uma melhoria de 7,9 pontos percentuais face a 2013. A descida da sinistralidade face ao ano anterior explica-se essencialmente pelas diferentes condições climatéricas verificadas. Embora 2014 tenha verificado algumas condições adversas, no início de 2013 essas condições foram ainda mais excecionais.

A taxa de sinistralidade do exercício do Seguro Auto é de 53,5% em 2014 registando um aumento face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (51,4%). Na mesma tendência do já verificado em 2012 e em 2013, registaram-se em 2014 significativas regularizações de provisionamento dos processos em curso e dos sinistros ocorridos e ainda não declarados, mas em montante inferior ao registado em 2013, o que explica o aumento da taxa de sinistralidade em 2,1 pontos percentuais.

Esta revisão dos processos afetou essencialmente anos anteriores, tendo-se registado em Dezembro 2014 uma taxa de sinistralidade de 74,0% para sinistros com ocorrência em 2014. Os custos com sinistros do exercício (visão contabilística) beneficiam de um “boni” de 3.246 milhares de euros decorrente da diminuição de provisionamento de sinistros com ocorrência em anos anteriores.

A taxa de sinistralidade do exercício do Seguro Saúde situa-se nos 61,2% em Dezembro de 2014, sofrendo uma redução face aos 64,4% verificados em 2013.

Esta diminuição progressiva da sinistralidade resulta do efeito combinado da descida da frequência e do custo médio dos sinistros, fruto de medidas tomadas em 2012 e 2013, nomeadamente com a revisão tarifária e nos co-pagamentos.

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)					
	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Total	63,9%	65,4%	62,9%	- 1,5 pp	2,5 pp
Custos directos com sinistros	55,1%	57,9%	55,4%	- 2,8 pp	2,5 pp
Acidentes de Trabalho	6,4%	0,0%	-	6,4 pp	-
Acidentes Pessoais	28,0%	25,3%	29,5%	2,6 pp	- 4,2 pp
Doença	61,2%	64,4%	78,9%	- 3,2 pp	- 14,5 pp
Riscos Múltiplos Habitação	56,2%	64,1%	48,0%	- 7,9 pp	16,2 pp
Automóvel	53,5%	51,4%	38,9%	2,1 pp	12,5 pp
Custos imputados à função sinistros	8,8%	7,6%	7,6%	1,3 pp	0,0 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam uma diminuição de 1,5 pp face a 2013, à semelhança do registado no Seguro Directo. Em 2014 continua a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)					
	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Total	71,4%	72,9%	69,0%	- 1,5 pp	3,9 pp
Custos directos com sinistros	61,2%	64,1%	60,1%	- 2,9 pp	4,0 pp
Acidentes de Trabalho	21,1%	0,0%	-	21,1 pp	-
Acidentes Pessoais	30,4%	10,7%	35,4%	19,7 pp	- 24,7 pp
Doença	62,5%	65,8%	80,9%	- 3,2 pp	- 15,1 pp
Riscos Múltiplos Habitação	61,5%	67,9%	52,4%	- 6,4 pp	15,4 pp
Automóvel	59,9%	58,7%	34,4%	1,1 pp	24,4 pp
Custos imputados à função sinistros	10,3%	8,8%	8,9%	1,4 pp	- 0,1 pp

1.4.3 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um decréscimo de 5,3% em relação ao ano de 2013.

(Unidade: Milhares de euros)					
	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Custos de Exploração Líquidos	9.701	10.242	10.278	-5,3%	-0,4%
Custos de aquisição	7.985	10.326	11.262	-22,7%	-8,3%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	6.702	6.694	8.007	0,1%	-16,4%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	300	530	617	-43,5%	-14,1%
Custos imputados à função aquisição	983	3.102	2.638	-68,3%	17,6%
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.123	900	554	24,7%	62,5%
Gastos administrativos	4.032	2.845	2.232	41,7%	27,5%
Custos imputados à função administrativa	4.032	2.845	2.232	41,7%	27,5%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.440	-3.829	-3.770	10,2%	-1,6%
Comissões de resseguros cedido	-2.679	-2.988	-3.399	10,3%	12,1%
Participação nos resultados de resseguro	-760	-841	-371	9,6%	-126,8%

Este decréscimo resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos:

- Estagnação (+ 0,1%) nas comissões por intermediação de produtos de seguros.

Tal situação deve-se, por um lado, à manutenção do comissionamento fixo diretamente relacionado com o volume de negócios (ligeiro aumento de 2 milhares de euros), acompanhando o comportamento dos PBE. Por outro lado, embora as Comissões Extraordinárias de Evolução de Carteira tenham registado um crescimento face ao ano anterior de 27,1% (+ 24 milhares de euros), consequência do aumento de produção do produto de Protecção ao Crédito, o comissionamento a título de incentivo à qualidade da carteira, ligado ao comportamento dos saldos técnicos de anos anteriores, apresenta um decréscimo face ao período homólogo do ano anterior de 18 milhares de euros. Em 2014, todos os produtos, com excepção do NB Boas Vindas e do NB Dia-a-Dia, apresentam taxas de sinistralidade (ano de ocorrência) superiores ao previsto, resultando um menor valor de comissionamento.

- Diminuição de 43,5% face ao período homólogo do ano anterior (- 231 milhares de euros) em Outras Comissões e Custos de Aquisição.

Tal evolução deve-se essencialmente ao menor montante de custos de dinamização da rede, com uma diminuição - 24% face ao período homólogo do ano anterior (- 26 milhares de euros), à diminuição das Comissões Extraordinárias associada aos “Planos BES” (- 39 milhares de euros), consequência da erosão da carteira destes, e também pelo efeito conjugado entre a correção do diferimento de custos daqueles Planos referente aos contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos efetuados pelos clientes, com um impacto favorável de - 181 milhares de euros face ao ano de 2013.

- Menores custos imputados à função aquisição (- 2.118 milhares de euros face ao período homólogo de 2013), decorrente de uma adequação da estrutura organizacional para efeitos de imputação de custos pelas diversas áreas funcionais, como referido no ponto 1.4.4.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de “Protecção ao Crédito” e “Protecção Salários” e considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Custos de Exploração Líquidos	9.701	10.242	10.278	-5,3%	-0,4%
Acidentes de Trabalho	9	0	0	-	-
Acidentes Pessoais	-1.705	-2.581	-2.284	33,9%	-13,0%
Doença	3.340	4.056	3.682	-17,7%	10,2%
Riscos Múltiplos Habitação	5.109	5.490	4.694	-6,9%	17,0%
Automóvel	2.948	3.277	4.187	-10,0%	-21,7%
Custos de Exploração Seguro Directo	13.141	14.071	14.048	-6,6%	0,2%
Acidentes de Trabalho	12	0	0	-	-
Acidentes Pessoais	1.641	1.149	1.377	42,8%	-16,6%
Doença	3.431	4.155	3.790	-17,4%	9,6%
Riscos Múltiplos Habitação	5.109	5.490	4.694	-6,9%	17,0%
Automóvel	2.948	3.277	4.187	-10,0%	-21,7%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.440	-3.829	-3.770	10,2%	-1,6%
Acidentes de Trabalho	-3	0	0	-	-
Acidentes Pessoais	-3.346	-3.730	-3.662	10,3%	-1,9%
Doença	-91	-99	-108	7,8%	8,9%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

1.4.4 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram um decréscimo de 1,9% em relação ao período homólogo do ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	11.669	11.899	10.802	-1,9%	10,2%
Custos com sinistros	6.526	5.672	5.648	15,1%	0,4%
Custos de aquisição	983	3.102	2.638	-68,3%	17,6%
Gastos administrativos	4.032	2.845	2.232	41,7%	27,5%
Custos de gestão de investimentos	127	281	284	-54,7%	-1,0%

A distribuição dos custos por natureza a imputar pelas diversas funções é feita por imputação direta às funções (para as rubricas que se identificam com as funções) e por imputação em função da % de tempo dedicada a cada função pelos colaboradores da Empresa (tendo por base os Centros de Custo, representativos da estrutura funcional e organizacional). Em 2014 foi feita uma adequação da estrutura organizacional para efeitos de imputação de custos pelas diversas áreas funcionais, tendo havido uma nova classificação de centros de custos associadas às diferentes áreas. Embora não tenha existido alteração nos critérios de distribuição de custos pelas diversas áreas funcionais e pelos diversos ramos, a referida adequação da estrutura organizacional teve como impactos uma menor imputação à função aquisição e, consequentemente, uma maior imputação à função sinistros e à função administrativa.

(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	11.669	11.899	10.802	-1,9%	10,2%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	11.584	11.573	11.507	0,1%	0,6%
Gastos com pessoal	3.071	3.114	2.909	-1,4%	7,1%
Fornecimentos e serviços externos	7.575	7.609	7.702	-0,4%	-1,2%
Impostos e taxas	299	292	288	2,4%	1,3%
Depreciações e amortizações do exercício	638	557	607	14,6%	-8,2%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	85	77	75	10,9%	2,3%
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	85	77	75	10,9%	2,3%
Outras provisões	0	250	-780	-100,0%	132,1%

Prosseguindo uma política de otimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da GNB Seguros ascendem a 11.584 milhares de euros, apresentando uma estagnação (+0,1%) comparativamente a 2013. No entanto, estes incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde e Auto, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 7.139 milhares de euros e apresentariam um decréscimo de 0,9% face ao ano anterior.

De destacar que os “Gastos com Pessoal” totalizaram 3.071 milhares de euros, diminuindo 43 milhares de euros (- 1,4%) face a 2013 e que os “Fornecimentos e Serviços Externos” ascendem a 3.130 milhares de euros (não incluindo os “fees” dos produtos Saúde e Auto) e registam uma diminuição face ao ano anterior de - 111 milhares de euros (- 3,4%).

As “Amortizações do Exercício” aumentaram 14,6% (+ 81 milhares de euros) face ao período homólogo do ano anterior, devido ao registo de 345 milhares de euros no final de 2013 e de 543 milhares de euros na rubrica “Despesas com Aplicações Informáticas” referentes a Projectos Informáticos diversos que estiveram em curso durante grande parte do ano de 2013 e, como tal, sem estarem a ser amortizados.

1.4.5 Rácio Combinado

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Rácio de Despesas líquidas de resseguro (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	15,2%	15,9%	16,3%	-4,3%	-2,0%
Doença	12,5%	15,1%	13,9%	-17,1%	8,7%
Riscos Múltiplos Habitação	23,1%	24,8%	21,7%	-6,8%	14,1%
Automóvel	21,0%	22,9%	29,3%	-8,1%	-21,9%
Rácio de Sinistralidade líquida de resseguro (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	71,4%	72,9%	69,0%	-2,1%	5,7%
Doença	78,5%	81,3%	96,6%	-3,5%	-15,8%
Riscos Múltiplos Habitação	66,6%	71,2%	55,6%	-6,4%	28,1%
Automóvel	67,9%	64,0%	40,1%	6,1%	59,5%
Rácio combinado, líquido de resseguro	86,7%	88,9%	85,3%	-2,5%	4,2%
Doença	91,0%	96,4%	110,4%	-5,7%	-12,7%
Riscos Múltiplos Habitação	89,7%	96,0%	77,3%	-6,5%	24,2%
Automóvel	88,9%	86,8%	69,4%	2,4%	25,1%

1.4.6 Provisões Técnicas

As provisões técnicas apresentam uma redução de 6,0% em relação a 2013, situando-se nos 64.446 milhares de euros.

(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Provisões técnicas	64.446	68.558	74.976	-6,0%	-8,6%
Provisão para prémios não adquiridos	23.528	25.335	28.407	-7,1%	-10,8%
Provisão para sinistros	32.993	34.238	37.247	-3,6%	-8,1%
De acidentes de trabalho	1	0	0	-	-
De outros ramos	32.992	34.238	37.247	-3,6%	-8,1%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	1.873	1.655	1.446	13,1%	14,5%
Provisão para riscos em curso	1.538	2.080	3.376	-26,1%	-38,4%
Outras provisões técnicas	4.514	5.250	4.500	-14,0%	16,7%

Esta evolução está fortemente influenciada pelo decréscimo verificado na provisão para prémios não adquiridos (registra um decréscimo de 1.806 milhares de euros face a 2013), nomeadamente no que se refere ao seguro de Proteção ao Crédito.

Registe-se ainda a diminuição da provisão para sinistros (- 3,6% face a 2013), em particular nos seguros Saúde, Casa e Automóvel, em que se continuou o processo de adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados, iniciado em anos anteriores. Sem prejuízo de continuar este seu percurso de adequação do nível de provisionamento às suas responsabilidades, a Companhia manteve uma abordagem prudente e conservadora na determinação do nível de provisionamento. Tal situação é mais relevante no seguro Automóvel, nomeadamente no que se refere a responsabilidades com danos corporais, para fazer face à incerteza e volatilidade associada aos sinistros, em número ou custo, numa carteira relativamente reduzida.

No que se refere à provisão para riscos em curso, regista uma redução face ao ano anterior de -26,1%, a que corresponde - 542 milhares de euros. Esta diminuição ocorre no Seguro de Saúde, no Automóvel e no MRH, em resultado da melhoria dos rácios de gestão. O seguro de Saúde e o MRH deixam assim de ter provisão para riscos em curso constituída.

Por último, destaca-se a diminuição da Provisão para Envelhecimento da Carteira Saúde (englobada na rubrica “Outras provisões técnicas”), com um impacto de - 736 milhares de euros em 2014, na sequência de uma reavaliação das responsabilidades existentes neste domínio, em função da evolução da carteira em vigor no final do ano.

1.4.7 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 100.605 milhares de euros no final de 2014, sendo constituído na sua maioria por obrigações, aplicações de curto prazo e depósitos à ordem. Este valor representa um aumento de 0,4% em relação a 2013.

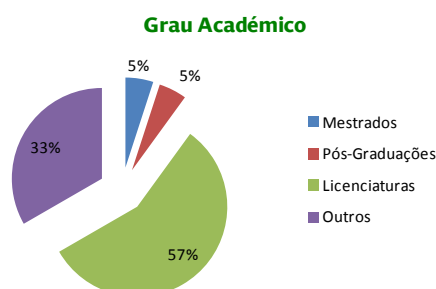
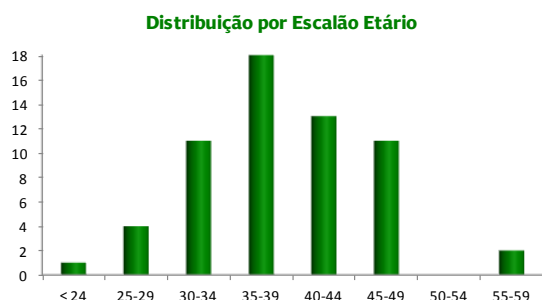
(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
INVESTIMENTOS	100.605	100.156	102.315	0,4%	-2,1%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.064	6.642	7.824	-68,9%	-15,1%
Activos disponíveis para venda	90.290	83.377	82.124	8,3%	1,5%
Empréstimos e contas a receber	8.252	10.137	12.368	-18,6%	-18,0%

Do ponto de vista dos resultados obtidos, a atividade financeira líquida no exercício apresentou um decréscimo de 39,2% face a 2013, explicada por fatores distintos. De facto, apesar de um saldo de positivo na realização de valias (+ 851 milhares de euros), em 2014 registaram-se menores rendimentos líquidos (- 723 milhares de euros), consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos por efeito da descida das taxas de juro, e um registo de imparidades no valor de 996 milhares de euros referentes às Obrigações da ESFG (Espírito Santo Financial Group) na sequência do colapso do GES.

(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Actividade Financeira Líquida	1.344	2.212	2.231	-39,2%	-0,9%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	1.850	2.573	2.982	-28,1%	-13,7%
Ganhos líquidos de activos e passivos	490	-361	-751	235,7%	51,9%
Perdas de Imparidade	996	0	0	-	-

1.4.8 Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2014, a GNB Seguros tinha 60 colaboradores no seu quadro de pessoal, mais 1 que no final de 2013, dos quais 51 como efetivos (menos 5 efetivos que em 2013). Com uma média de idades de 39 anos, o escalão etário entre os 35 e os 39 anos é o que tem maior número de colaboradores. No que se refere à formação académica, 67% dos colaboradores têm formação académica de nível superior.



1.4.9 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A GNB Seguros atingiu em 2014 um resultado líquido de 7.733 milhares de euros, representando 10,9% dos prémios brutos emitidos (9,8% em 2013) e um crescimento de 10,6% em relação ao ano anterior.

O ano de 2014 passa a ser o exercício económico, desde o início da actividade, em que a GNB Seguros apresentou o melhor resultado líquido, superando o ano de 2013.

(Unidade: Milhares de euros)	2014	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
CAPITAL PRÓPRIO	33.097	30.214	30.177	9,5%	0,1%
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	4.443	1.690	1.867	162,8%	-9,5%
Reserva por impostos diferidos	-1.111	-490	-541	-126,6%	9,5%
Outras reservas	5.799	5.088	4.405	14,0%	15,5%
Resultados transitados	1.233	1.932	2.615	-36,2%	-26,1%
Resultado do exercício	7.733	6.993	6.831	10,6%	2,4%

O capital próprio, no valor de 33.097 milhares de euros, apresentou um crescimento de 9,5% (+ 2.883 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2013. Este acréscimo no Capital Próprio, para além do resultado líquido do exercício, é explicado também pela variação favorável ocorrida na Reserva de Reavaliação no valor de 2.132 milhares de euros (reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos).

A atenuar o efeito de um ainda maior crescimento está a distribuição de dividendos aos accionistas no valor de 6.993 milhares de euros referentes ao exercício de 2013.

1.4.10 Margem de Solvência

A taxa de cobertura da Margem de Solvência no final de 2014 é de 187,4%, após inclusão da estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração no valor de 8 190 milhares de euros, o que representa um excesso de 10.789 milhares de euros face à Margem de Solvência Exigida e um acréscimo de 21,4 pp em relação à Margem de Solvência registada em 2013.

(Unidade: Milhares de euros)	2014 (*)	2013	2012	Var.2014/ 2013	Var.2013/ 2012
Margem de Solvência Disponível	23.128	20.913	21.404	10,6%	-2,3%
Margem de solvência Exigida	12.340	12.593	12.822	-2,0%	-1,8%
Excesso/(insuficiência)	10.789	8.319	8.582	29,7%	-3,1%
% de cobertura	187,4%	166,1%	166,9%	21,4 pp	- 0,9 pp

(*) Elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração.

1.4.11 Síntese e Perspetivas

Depois de uma parte inicial do ano em que os sinais de reequilíbrio financeiro, o crescimento da atividade económica e o impacto positivo das medidas do BCE resultaram numa melhoria da perceção externa sobre a economia portuguesa, a evolução da confiança e o financiamento da atividade económica em 2014 foi condicionada pela instabilidade vivida no setor financeiro, nomeadamente após a aplicação em Agosto de uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo.

Foi com naturalidade que a atividade da Companhia refletiu esta mesma divisão de comportamentos em duas fases distintas no ano. Após um primeiro semestre de crescimento da atividade, o segundo semestre foi fortemente influenciado pelos acontecimentos negativos em torno de um dos seus parceiros e acionista de referência, traduzindo-se no final do ano por uma estagnação no volume de negócios comparativamente ao ano anterior.

Apesar desta situação, a continuação de bons resultados técnicos e o controlo dos custos operacionais permitiram à Companhia manter resultados globais muito positivos, apresentando mesmo o melhor resultado líquido desde o início da sua atividade. De igual modo, mesmo com um elevado nível de remuneração dos acionistas, viu reforçada a solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência.

Estamos cientes que algum contexto de incerteza permanecerá durante, pelo menos, uma parte de 2015, relacionado com o processo de venda do NOVO BANCO, o principal parceiro de negócio da Companhia e um dos acionistas de referência, com os eventuais impactos que daí poderão advir no desenvolvimento da atividade e da estrutura acionista da Companhia.

Mas, mesmo neste contexto de incerteza, é nossa convicção que a GNB Seguros prosseguirá a sua trajetória de continuar a acrescentar valor para os seus clientes e acionistas, como o tem feito até ao presente.

Para tal procurará continuar a fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos nossos clientes com produtos que respondam às suas necessidades, prosseguindo a sua missão de oferecer um leque de soluções de seguros não vida de forma a garantir soluções de proteção e segurança aos seus clientes com um nível de serviço de excelência.

Em paralelo, não deixará de otimizar a relação rentabilidade/competitividade, procurando posicionar-se com um preço competitivo, sem que tal prejudique a sua rentabilidade técnica e global. Foi com este objetivo que, em 2014, implementou uma nova estratégia tarifária no seguro Automóvel, incorporando componentes de risco associados ao perfil específico dos seus clientes.

Para prosseguir neste caminho, conta com a eficiência do seu modelo de bancasseguros, a otimização contínua de custos e uma adequada política de subscrição e gestão dos seus riscos.

Mas o ano de 2015 será também um marco fundamental no que se refere à implementação do regime de Solvência II, sendo o primeiro ano de reporte oficial para a entidade de supervisão.

Na continuidade do verificado nos últimos anos, a Companhia não deixará de ter como ações prioritárias a conclusão dos projetos que tem vindo a realizar com vista à adequação ao quadro regulamentar exigido por este regime prudencial, consolidando o funcionamento e os mecanismos de monitorização dos riscos da Companhia (processos, controlos, atividades, recursos e ferramentas de apoio).

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 7 732 627 euros.

Considerando a existência de resultados transitados no valor de 1 233 294 euros passíveis de distribuição, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 1) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 773 263 euros, para Reserva Legal;
- 2) O valor de 6 959 364 euros para distribuição de dividendos aos acionistas aos quais acrescerão 1 230 636 euros de resultados transitados a distribuir, perfazendo um dividendo total de 8 190 000 euros;

1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB-Companhia de Seguros, S.A..

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio dos acionistas, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a GNB Seguros continue a atingir os objetivos a que se propuser.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e pelo Grupo NOVO BANCO.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designado por Instituto de Seguros de Portugal) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 25 de Março de 2015

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1. Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Dezembro 2014			Valores em euros
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Dezembro 2013
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	63.643.871	-	63.643.871	64.300.352
Prémios brutos emitidos		71.030.273	-	71.030.273	71.059.402
Prémios de resseguro cedido		(7.653.375)	-	(7.653.375)	(7.187.035)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		2.929.301	-	2.929.301	3.972.794
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(2.662.328)	-	(2.662.328)	(3.544.809)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(45.453.700)	-	(45.453.700)	(46.892.075)
Montantes pagos		(47.241.422)	-	(47.241.422)	(49.097.166)
Montantes brutos		(48.531.153)	-	(48.531.153)	(52.100.421)
Parte dos resseguradores		1.289.731	-	1.289.731	3.003.255
Provisão para sinistros (variação)		1.787.722	-	1.787.722	2.205.091
Montante bruto		1.245.130	-	1.245.130	3.008.526
Parte dos resseguradores		542.592	-	542.592	(803.435)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	1.061.037	-	1.061.037	336.142
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(9.700.849)	-	(9.700.849)	(10.242.176)
Custos de aquisição		(7.985.214)	-	(7.985.214)	(10.325.882)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(1.122.980)	-	(1.122.980)	(900.209)
Gastos administrativos		(4.032.377)	-	(4.032.377)	(2.844.908)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.439.722	-	3.439.722	3.828.823
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9	1.971.539	5.842	1.977.381	2.853.866
Gastos financeiros	10	(127.495)	-	(127.495)	(281.218)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	(76.757)
Outros		(127.495)	-	(127.495)	(204.461)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	13	490.068	-	490.068	(361.024)
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda		(995.696)	-	(995.696)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	14	6.270	-	6.270	22.122
Outros rendimentos/gastos	14	-	(76.153)	(76.153)	(51.462)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		10.895.045	(70.311)	10.824.734	9.684.527
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	22	-	(3.311.273)	(3.311.273)	(2.833.106)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	22	-	219.166	219.166	141.772
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				7.732.627	6.993.193
Resultado por ação básico				2,58	2,33

2.2. Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2013

Valores em euros					
Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Dezembro 2014			Dezembro 2013
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	2.063.512	-	2.063.512	6.642.095
Ativos disponíveis para venda	16	90.289.572	-	90.289.572	83.377.094
Empréstimos e contas a receber	17	8.251.813	-	8.251.813	10.136.537
Outros ativos tangíveis	18	907.532	(833.101)	74.431	104.793
Outros ativos intangíveis	19	11.951.729	(10.173.180)	1.778.549	2.308.238
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	8.544.984	-	8.544.984	9.139.824
Provisão para prémios não adquiridos		3.987.628	-	3.987.628	5.125.059
Provisão para sinistros		4.557.356	-	4.557.356	4.014.765
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21	3.606.937	-	3.606.937	3.464.440
Contas a receber por operações de seguro direto		561.061	-	561.061	449.165
Contas a receber por outras operações de resseguro		1.836.895	-	1.836.895	2.124.352
Contas a receber por outras operações		1.208.981	-	1.208.981	890.923
Ativos por impostos	22	44.551	-	44.551	206.939
Ativos por impostos correntes		44.551	-	44.551	68.782
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	138.157
Acréscimos e diferimentos	23	871.559	-	871.559	1.087.736
TOTAL ATIVO		126.532.189	(11.006.281)	115.525.908	116.467.696

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Valores em euros			
Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Dezembro 2014	Dezembro 2013
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	20	64.445.801	68.558.290
Provisão para prémios não adquiridos		23.528.294	25.334.615
Provisão para sinistros de outros ramos		32.993.169	34.238.300
Provisão para desvios de sinistralidade		1.872.879	1.655.385
Provisão para riscos em curso		1.537.678	2.079.990
Outras provisões técnicas		4.513.781	5.250.000
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	3.137	2.905
Outros credores por operações de seguros e outras operações	24	10.459.258	10.192.612
Contas a pagar por operações de seguro directo		7.717.703	7.557.902
Contas a pagar por outras operações de resseguro		593.603	261.874
Contas a pagar por outras operações		2.147.952	2.372.836
Passivos por impostos		2.343.956	2.034.628
Passivos por impostos correntes	22	1.590.621	1.544.441
Passivos por impostos diferidos		753.335	490.187
Acréscimos e diferimentos	25	4.524.382	4.812.821
Outras Provisões	26	652.635	652.635
TOTAL PASSIVO		82.429.169	86.253.891
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	27	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		4.442.634	1.690.299
Reserva por impostos		(1.110.658)	(490.187)
Outras reservas		5.798.842	5.088.080
Resultados transitados		1.233.294	1.932.420
Resultado do exercício		7.732.627	6.993.193
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		33.096.739	30.213.805
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		115.525.908	116.467.696

2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.								
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013								
	Valores em euros							
	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas			
Balanco a 31 de Dezembro de 2012	15.000.000	1.867.010	(541.433)	4.042.759	362.212	2.615.437	6.831.092	30.177.077
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(176.711)	-	-	-	-	-	(176.711)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	51.246	-	-	-	-	51.246
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	683.109	-	(683.109)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(6.831.000)	-	(6.831.000)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	6.831.092	(6.831.092)	-
Total da variação do capital próprio	-	(176.711)	51.246	683.109	-	(683.017)	(6.831.092)	(6.956.465)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6.993.193	6.993.193
Balanco a 31 de Dezembro de 2013	15.000.000	1.690.299	(490.187)	4.725.868	362.212	1.932.420	6.993.193	30.213.805
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.752.335	-	-	-	-	-	2.752.335
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(620.471)	-	-	-	-	(620.471)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	699.319	-	(699.319)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(6.993.000)	-	(6.993.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	-	11.443	-	-	11.443
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	6.993.193	(6.993.193)	-
Total da variação do capital próprio	-	2.752.335	(620.471)	699.319	11.443	(699.126)	(6.993.193)	(4.849.693)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.732.627	7.732.627
Balanco a 31 de Dezembro de 2014	15.000.000	4.442.634	(1.110.658)	5.425.187	373.655	1.233.294	7.732.627	33.096.739
As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras								

2.4. Demonstração do Rendimento Integral

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	Valores em euros	
	2014	2013
Resultado líquido do exercício	7.732.627	6.993.193
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda	(490.069)	125.117
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	3.242.404	(301.828)
Variação dos impostos correntes e diferidos	(620.471)	51.246
Outros ganhos /perdas reconhecidos diretamente em capitais próprios	11.443	-
Total do rendimento integral	9.875.934	6.867.728

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	2014	2013
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	78.006.138	78.734.013
Operações de Resseguro	940.466	1.859.646
Outras Atividades Operacionais	526	50.596
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(42.324.846)	(47.328.381)
Operações de Resseguro	(4.770.103)	(5.174.724)
Operações com contratos de investimento	-	-
Comissões	(6.520.406)	(1.427.268)
Participação de Resultados	-	-
Outras Atividades Operacionais	(678)	(604)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.455.597)	(1.412.189)
D Pagamentos a Fornecedores	(8.412.440)	(9.218.203)
E Outros pagamentos e recebimentos	(18.911)	(1.931.078)
F Impostos e Taxas	(8.917.475)	(8.733.236)
G Impostos sobre o rendimento	(3.275.226)	(2.921.517)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	3.251.448	2.497.055
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	97.935.271	56.629.066
Dividendos	50.968	52.823
Juros	4.783.609	473.828
Outros Rendimentos	23.271	12.937
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(103.630.150)	(54.016.143)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	(837.031)	3.152.511
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
J Pagamentos		
Dividendos	(6.993.000)	(6.831.000)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(6.993.000)	(6.831.000)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(4.578.583)	(1.181.434)
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.642.095	7.823.529
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	2.063.512	6.642.095

2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, N.º 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11.º - 1070-061 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da BES, Companhia de Seguros, SA, com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações, com valor nominal de 5€ cada, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espírito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espírito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A, (“GNB Seguros” ou “Companhia”) conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de Março de 2015.

Descrição da natureza do negócio

A GNB Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da GNB Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a atividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R e n.º 22/2011 de 16 de Dezembro, emitidas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de

2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 37, a GNB Seguros adotou igualmente na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2014, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pela GNB Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adotadas em 2012 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a GNB Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a GNB Seguros já adota os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos Acionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pelo ASF que definem a contabilização das operações efetuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2014, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2013. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

2.2. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2014 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2014.

2.4. Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*"trade date"*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*"discounted cash flows"*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.6. Outros Ativos Financeiros (ver anexo 1)

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*"trade date"*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

- *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

- *Transferências entre categorias de ativos financeiros*

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria. A Companhia não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "*Loans and receivables*" e "*Held-to-maturity*" são também permitidas.

- *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;

- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.8. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Conforme referido acima, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais passando a reconhecer os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo

trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constitui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011, fazendo uma contribuição anual igual a 1% da remuneração base para esses colaboradores.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de “juros e proveitos similares” utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prémios Não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método “Pro-rata *temporis*”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma do ASF 19/1994-R de 6

de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pelo ASF; e
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ASF.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da GNB Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

4. Reporte por segmentos

Segmento de negócio

A GNB Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pelo Autoridade de supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas

2014						
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	4.740	795.974	26.695.299	22.117.859	14.029.999	-
Prémios brutos emitidos	20.824	3.478.724	27.146.583	24.095.322	16.288.820	-
Prémios de resseguro cedido	(10.768)	(2.696.259)	(566.283)	(2.067.814)	(2.312.251)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(5.316)	2.675.837	114.999	90.351	53.430	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(2.662.328)	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.021)	(245.739)	(20.943.280)	(14.740.499)	(9.523.161)	-
Montantes pagos	(21)	(34.753)	(21.839.061)	(15.306.830)	(10.060.756)	-
Provisão para sinistros (variação)	(1.000)	(210.986)	895.781	566.331	537.595	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(3.289)	-	959.544	(75.481)	180.263	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(8.549)	1.705.079	(3.340.131)	(5.108.864)	(2.948.384)	-
Custos de aquisição	(10.108)	(745.335)	(2.483.983)	(2.999.032)	(1.746.754)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	1.079	(533.256)	(135.831)	(248.953)	(206.019)	-
Gastos administrativos	(2.701)	(361.933)	(811.254)	(1.860.879)	(995.611)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.181	3.345.603	90.937	-	-	-
Rendimentos	264	283.975	356.264	426.823	904.213	5.842
Gastos financeiro	(25)	(18.256)	(23.880)	(27.274)	(58.060)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	65	70.380	88.295	105.783	225.545	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos disponíveis para venda	(133)	(142.993)	(179.394)	(214.924)	(458.252)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	6.270	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(76.153)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(7.948)	2.448.420	3.618.987	2.483.423	2.352.163	(70.311)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	-	(3.311.273)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	-	219.166
Resultado líquido do exercício	(7.948)	2.448.420	3.618.987	2.483.423	2.352.163	(3.162.418)

2013						
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença			
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	25	950.563	26.865.687	22.151.170	14.332.907	-
Prémios brutos emitidos	106	3.293.904	27.439.807	24.050.993	16.274.592	-
Prémios de resseguro cedido	-	(2.360.519)	(580.432)	(2.030.430)	(2.215.654)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(81)	3.561.987	6.312	130.607	273.969	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(3.544.809)	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(103.735)	(21.846.955)	(15.771.669)	(9.169.716)	-
Montantes pagos	-	(206.728)	(23.931.283)	(14.675.204)	(10.283.952)	-
Provisão para sinistros (variação)	-	102.993	2.084.328	(1.096.465)	1.114.236	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	523.652	(351.525)	164.015	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(6)	2.581.369	(4.056.241)	(5.490.101)	(3.277.197)	-
Custos de aquisição	(6)	(659.094)	(3.586.506)	(3.761.598)	(2.318.678)	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(485.844)	68.587	(287.520)	(195.432)	-
Gastos administrativos	-	(3.905)	(636.933)	(1.440.983)	(763.087)	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	3.730.212	98.611	-	-	-
Rendimentos	-	-	313.428	607.244	1.933.194	-
Gastos financeiro	-	(223)	(68.320)	(64.441)	(148.234)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	(13.528)	(75.410)	(272.086)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	21.841	281	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(51.462)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	19	3.449.815	1.718.004	1.005.268	3.562.883	(51.462)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	-	(2.833.106)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	-	141.772
Resultado líquido do exercício	19	3.449.815	1.718.004	1.005.268	3.562.883	(2.742.796)

Demonstração da posição financeira

	2014					
	Acidentes de trabalho	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
		Acidentes Pessoais	Doença			
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes	593	37.103	(3.448)	647.460	1.378.292	3.512
Ativos disponíveis para venda	17.695	12.921.403	16.902.011	19.304.247	41.094.252	49.964
Empréstimos e contas a receber	1.618	1.181.577	1.545.577	1.765.245	3.757.796	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	5.333.535	-	306	3.211.143	-
						8.544.984
PASSIVO						
Provisões Técnicas	8.607	9.255.156	11.611.171	13.910.799	29.660.068	-
						64.445.801

	2013					
	Acidentes de trabalho	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica
		Acidentes Pessoais	Doença			
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes	11	104.126	311.597	2.002.853	4.217.710	5.798
Ativos disponíveis para venda	98	13.212.140	16.342.681	17.314.099	36.460.910	47.166
Empréstimos e contas a receber	12	1.607.170	1.987.980	2.106.146	4.435.229	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	6.154.278	-	2.142	2.983.404	-
						9.139.824
PASSIVO						
Provisões Técnicas	81	10.870.065	13.445.665	14.244.882	29.997.597	-
						68.558.290

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2014	2013
Prémios brutos emitidos	71.030.273	71.059.402
Prémios de resseguro cedido	(7.653.375)	(7.187.035)
Prémios líquidos de resseguros	63.376.898	63.872.367
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	266.973	427.985
Prémios líquidos de resseguro	63.643.871	64.300.352

No anexo 4 estão descritos alguns valores por ramos.

6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2014	2013
Seguro directo		
Montantes pagos	(42.005.291)	(46.428.769)
Custos imputados à função sinistros (Nota 11)	(6.525.862)	(5.671.652)
Variação da provisão para sinistros	1.245.130	3.008.526
	(47.286.023)	(49.091.895)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	1.289.731	3.003.255
Variação da provisão para sinistros	542.592	(803.435)
	1.832.323	2.199.820
	(45.453.700)	(46.892.075)

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos no montante de 3.283 milhares de euros (em 2013: 3.192 milhares de euros).

No anexo 3 estão discriminados os custos com sinistros por ramos.

7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2014	2013
Provisão para desvios de sinistralidade	(217.494)	(209.513)
Provisão para riscos em curso	542.312	1.295.655
Outras provisões técnicas	736.219	(750.000)
	1.061.037	336.142

8. Custos e Gastos de Exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2014	2013
Custos de aquisição	(7.985.214)	(10.325.882)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(6.702.337)	(6.694.121)
Custos imputados à função aquisição (nota 11)	(983.284)	(3.101.515)
Outros	(299.593)	(530.246)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(1.122.980)	(900.209)
Custos imputados à função administrativa (nota 11)	(4.032.377)	(2.844.908)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.439.722	3.828.823
Comissões de resseguros cedido	2.679.359	2.988.121
Participação nos resultados de resseguro	760.363	840.702
	(9.700.849)	(10.242.176)

9. Rendimentos

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2014	2013
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	1.929.202	2.682.024
de empréstimos concedidos e contas a receber	48.179	171.842
	1.977.381	2.853.866

10. Gastos financeiros

A rubrica de “Gastos financeiros” diz respeito aos custos imputados à função investimentos (nota 11).

11. Custos por natureza imputados

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2014	2013
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(6.525.862)	(5.671.652)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(983.284)	(3.101.515)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(4.032.377)	(2.844.908)
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 10)	(127.494)	(281.219)
	(11.669.017)	(11.899.294)

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2014	2013
Custos com pessoal	(3.071.415)	(3.114.275)
Fornecimentos e serviços externos	(7.575.045)	(7.609.097)
Impostos e taxas	(299.229)	(292.113)
Amortizações do exercício (ver notas 20 e 21)	(638.180)	(557.052)
Outras provisões (ver nota 29)	-	(250.000)
Comissões	(85.148)	(76.757)
	(11.669.017)	(11.899.294)

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante os exercícios de 2014 e 2013, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2014	2013
Directores	3	3
Gestores	4	1
Coordenadores	4	5
Técnicos	24	24
Especialistas	25	26
	60	59

Despesas com o pessoal

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	(467.422)	(421.440)
Remunerações do pessoal	(1.883.761)	(2.071.905)
Encargos sobre remunerações	(532.727)	(455.552)
Benefícios pós emprego	(6.424)	(22.863)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(37.050)	(19.549)
Seguros obrigatórios	(30.813)	(32.192)
Custos de acção social	(84.261)	(69.004)
Outros custos com o pessoal	(28.957)	(21.770)
	(3.071.415)	(3.114.275)

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

Conselho de Administração

Remunerações e outros benefícios	(445.222)	(485.876)
Remunerações variáveis	(22.200)	64. 436
Encargos sobre remunerações	(107.112)	(45.929)
	(574.534)	(467.369)

Na rubrica “Remunerações variáveis” de 2013 estão incluídas recuperações de acréscimos constituídos em anos anteriores no valor de 75 milhares de euros.

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	2014	2013
Electricidade	(19.887)	(19.159)
Combustíveis	(22.014)	(17.180)
Impressos	(54.796)	(108.619)
Material de escritório	(5.530)	(28.173)
Livros e documentação técnica	(3.222)	-
Artigos para oferta	(4.938)	-
Conservação e Reparação	(842.356)	(855.345)
Rendas e Alugueres	(407.136)	(445.818)
Despesas de representação	(3.270)	(5.300)
Comunicação	(584.538)	(550.151)
Deslocações e Estadas	(37.623)	(37.684)
Seguros	(20.176)	(20.025)
Gastos com Trabalho Independente	(10.352)	(15.423)
Publicidade e Propaganda	1.535	(69.399)
Limpeza, Higiene e Conforto	(40.334)	(36.110)
Contencioso e notariado	(2.328)	(182)
Vigilância e segurança	(2.496)	(2.646)
Trabalhos Especializados	(5.330.431)	(5.233.625)
Quotizações (Actividade)	(45.701)	(44.725)
Refeições no local de trabalho	(5.768)	(8.198)
Despesas de Condomínio	(46.952)	(43.392)
Despesas Bancárias - Comissões	(18.399)	(20.622)
Outros Fornecedores e Serviços	(68.333)	(47.321)
	(7.575.045)	(7.609.097)

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui o montante de 3.843 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (4.144 milhares de Euros em 2013).

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica de “Trabalhos especializados”. Durante o exercício 2014 foram faturados 25 milhares de Euros respeitantes a serviços de Revisão Legal de Contas (22 milhares de Euros em 2013).

12. Benefícios a empregados

Pensões de reforma, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.11., foram estabelecidos planos de contribuição definida para os colaboradores da Companhia, sendo o montante da contribuição para esses planos de 10 milhares de euros, estando abrangidos os benefícios por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma é efetuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2014.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de Dezembro de 2014 e 2013, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2014	2013
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,5% - 1,0% (*)	1% - 2,50% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0,5% - 1,0% (*)	0% - 2,50% (*)
Taxas de rendimento do fundo	4,25% - 5,48% (*)	4,25% - 5,48% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1% - 2,50% (*)	1% - 2,50% (*)
Taxa de desconto	2,25%	3,75%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Projet Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2014	2013
Ativos	-	5
Reforma antecipada	-	1
	-	6

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2014	2013
Ativos (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidade em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(283.046)	(21.657)
Ativos	-	(175.642)
	(283.046)	(197.299)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	279.909	194.394
Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	(3.137)	(2.905)
Ativos (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(3.137)	(2.905)

Os Ativos líquidos em balanço encontram-se refletidas na rubrica de “Ativos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2014	2013
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(197.299)	(192.125)
Custos dos juros	(13.714)	35.632
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	(79.732)	(48.505)
Benefícios pagos pela Companhia	7.699	7.699
	(283.046)	(197.299)

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser analisada como segue:

	2014	2013
Saldo do fundo 1 de Janeiro	194.394	206.839
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	7.475	8.791
Ganhos e perdas atuariais	11.443	(21.236)
Contribuições efetuadas pela Companhia	66.598	-
Saldo em 31 de Dezembro	279.910	194.394

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2014 e 2013, pode ser analisada como segue:

	2014	2013
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	2.905	(89.699)
Ganhos e perdas atuariais da responsabilidades	68.104	48.505
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-	21.236
Encargos do ano:		
Custo dos juros líquido do saldo da cobertura das responsabilidades	6.424	22.863
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	(74.296)	-
(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	3.137	2.905

A movimentação da reserva, relativa a custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2014	2013
Desvios atuariais diferidos em 1 de Janeiro	(362.212)	(292.471)
Aquisições empresas e outros	-	-
Ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades	-	(48.505)
nos ativos do plano	(11.443)	(21.236)
Amortização do exercício	-	-
Desvios atuariais diferidos em 31 de Dezembro	(373.655)	(362.212)

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2014	2013
Custos do serviço corrente dos juros líquidos do saldo da cobertura das responsabilidades	13.714	(35.632)
Rendimento esperado do fundo	(7.290)	58.495
Custos do exercício	6.424	22.863

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	em milhares de euros			
	2014	%	2013	%
Terrenos e edifícios	7.708	26,97%	7.734	14,12%
Acções e outros títulos de rendimento variável	6.076	21,26%	18.009	32,88%
Títulos de rendimento	14.144	49,48%	27.007	49,32%
Depósitos em instituições de crédito	200	0,70%	2.011	3,67%
Devedores e credores do fundo	406	1,42%	(253)	-0,46%
Juros a receber	49	0,17%	256	0,47%
	28.583	100%	54.764	100%

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a GNB Seguros representa cerca de 0,4% do total do fundo.

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor são analisados como segue:

	2014			2013		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Por alienação dos ativos e passivos disponíveis para venda	525.414	(35.346)	490.068	136.287	(1.326)	134.961
Por valorização decorrente da amortização do ativo e passivos disponíveis para venda	-	-	-	55.216	(551.201)	(495.985)
	525.414	(35.346)	490.068	191.503	(552.527)	(361.024)

A valorização dos ativos decorrente da amortização do ativo e passivos disponíveis para venda foi durante o ano 2014 reclassificado para a rubrica de “Rendimentos”, tendo esta o valor de -281.794 euros.

14. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2014		2013	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	6.276	-	12.937	-
Outros rendimentos/(gastos)	(6)	(76.153)	9.185	(51.462)
	6.270	(76.153)	22.122	(51.462)

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	1.836	342
Depósitos à ordem	2.061.676	6.641.753
	2.063.512	6.642.095

16. Ativos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9.994.092	36.815	-	10.030.907	159.567	10.190.474
De outros emissores	68.675.582	1.600.581	(250.063)	70.026.100	1.062.448	71.088.548
Ações	1.795.106	414.375	(111.409)	2.098.072	-	2.098.072
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	80.464.780	2.051.771	(361.472)	82.155.079	1.222.015	83.377.094
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	11.752.226	668.824	-	12.421.050	97.142	12.518.192
De outros emissores	70.008.844	3.362.656	(98.762)	73.272.738	799.606	74.072.344
Ações	3.189.120	509.916	-	3.699.036	-	3.699.036
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	84.950.190	4.541.396	(98.762)	89.392.824	896.748	90.289.572

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

17. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de “Empréstimos e contas a receber” é analisada como segue:

	2014	2013
Depósitos a prazo - Capital	8.250.000	10.102.548
Depósitos a prazo - Juro decorrido	1.813	33.989
	8.251.813	10.136.537

18. Outros ativos fixos tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Equipamento		
Equipamento informático	470.676	1.281.632
Mobiliário e material	272.848	272.848
Instalações interiores	95.295	270.354
Máquinas e ferramentas	34.713	68.718
Outros	33.999	33.999
	907.531	1.927.551
Depreciação acumulada	(833.100)	(1.822.758)
	74.431	104.793

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado no ponto 2.8.

Durante o exercício de 2014 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2013	152.981
Adições	25.693
Depreciações do exercício	(73.880)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2013	104.794
Adições	28.437
Abates	(3.534)
Depreciações do exercício	(55.266)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	74.431

19. Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Software	11.246.932	10.704.077
Imobilizações em curso	33.600	525.365
Despesas em edifícios arrendados	650.596	650.596
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	11.951.728	11.900.638
Amortizações acumuladas	(10.173.179)	(9.592.400)
	1.778.549	2.308.238

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2013	1.941.935
Adições	849.476
Amortizações do exercício	(483.173)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2013	2.308.238
Adições	51.090
Amortizações do exercício	(580.779)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	1.778.549

20. Provisões técnicas e custos com sinistros

Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2014			2013		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	27.421.708	(9.190.070)	18.231.638	30.351.009	(11.852.401)	18.498.608
Custos de aquisição diferidos	(3.893.413)	5.202.441	1.309.028	(5.016.394)	6.727.342	1.710.948
Provisão para sinistros	32.993.169	(4.557.356)	28.435.813	34.238.300	(4.014.765)	30.223.535
Provisão para desvios de sinistralidade	1.872.879	-	1.872.879	1.655.385	-	1.655.385
Provisão para riscos em curso	1.537.678	-	1.537.678	2.079.990	-	2.079.990
Provisão para envelhecimento	4.513.781	-	4.513.781	5.250.000	-	5.250.000
	64.445.802	(8.544.985)	55.900.817	68.558.290	(9.139.824)	59.418.466

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 10.658.275 euros (em 2013: 12.937.292 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2013 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 2.313.990 euros (em 2013: 2.283.467 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2014.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estimativa inicial dos custos com sinistros	24.181.356	33.194.610	40.196.444	46.433.756	49.120.218	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826	34.238.300	32.993.169
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	7.762.985	9.661.720	10.287.553	10.086.379	9.558.170	12.258.391	12.259.189	11.625.454	13.741.017	10.482.867	
Dois anos depois	10.226.437	12.747.914	13.688.926	12.917.489	13.442.691	15.813.162	14.939.110	14.983.272	16.364.487		
Três anos depois	12.582.410	15.206.274	15.670.306	15.894.945	16.315.211	17.464.268	16.822.280	16.775.492			
Quatro anos depois	14.335.696	16.739.019	18.334.227	17.925.585	17.695.437	18.821.223	17.899.758				
Cinco anos depois	15.514.089	18.384.753	19.899.929	19.127.186	18.744.561	19.686.657					
Seis anos depois	16.726.369	19.785.202	20.657.195	20.027.921	19.511.506						
Sete anos depois	17.272.315	20.374.149	21.273.004								
Oito anos depois	17.801.384	20.671.184	21.954.614								
Nove anos depois	18.209.240	21.216.946									
Dez anos depois	18.571.370										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	25.570.426	32.818.587	40.356.541	45.126.156	44.864.762	39.647.050	33.825.684	30.972.822	30.672.882	28.326.749	
Dois anos depois	25.699.679	33.246.379	38.823.293	40.885.913	35.093.340	32.056.703	28.389.643	26.828.487	28.783.442		
Três anos depois	26.012.398	32.224.883	36.033.464	32.118.586	29.337.845	27.434.035	25.112.108	24.199.942			
Quatro anos depois	25.315.725	29.867.033	29.392.350	27.871.393	25.461.696	24.648.721	22.716.589				
Cinco anos depois	23.172.210	25.260.241	25.872.755	25.106.147	22.692.397	22.511.448					
Seis anos depois	20.761.235	23.332.925	24.448.448	23.354.226	21.622.578						
Sete anos depois	19.400.473	22.562.809	23.516.007	22.490.557							
Oito anos depois	19.169.916	22.272.060	23.015.673								
Nove anos depois	19.094.606	21.865.829									
Dez anos depois	19.031.997										
Excedente/(défice) acumulado	5.149.359	11.328.780	17.180.771	23.943.199	27.497.640	26.919.475	19.582.532	14.231.016	8.463.384	5.911.551	

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

21. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	561.061	449.165
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	1.836.895	2.124.352
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	1.208.981	890.923
	3.606.937	3.464.440

22. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2014 e 2013 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% mais derrama, que poderá ir de 1,5% a 6,5%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos por impostos correntes

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2014	2013	2014	2013
Impostos sobre rendimentos	-	-	575.206	495.768
Outros impostos e taxas	44.551	68.782	1.015.415	1.048.673
Total	44.551	68.782	1.590.621	1.544.441

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2013	(584.180)
Montantes registados nos resultados	(2.833.106)
Pagamentos efectuados	2.921.518
Saldo a 31 de dezembro 2013	(495.768)
Montantes registados nos resultados	(3.311.273)
Pagamentos efectuados	3.275.226
Excesso / insuficiência de estimativa	(43.391)
Saldo a 31 de dezembro 2014	(575.206)

Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 explica-se como segue:

	2014	2013
Imposto corrente	(3.311.273)	(2.833.106)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	219.166	141.772
	219.166	141.772
Total do imposto registado em resultados	(3.092.107)	(2.691.334)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2014 e 2013 explica-se como segue:

	2014		2013	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	245.440	(620.471)	-	-
Pensões	(16.274)	-	-	-
Provisões	(10.000)	-	141.772	51.246
	219.166	(620.471)	141.772	51.246

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 25%.

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2014 e 2013 explica-se como segue:

	2014	2013
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(620.471)	51.246
Total do imposto registado em reservas	(620.471)	51.246

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2014		2013	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		10.824.734		9.684.527
Taxa de imposto estatutária	27,7%		28,9%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(2.998.451)		(2.799.509)
Benefícios pós emprego		-		1.385
Provisões		29.787		-
Diferenças temporárias		(24.828)		-
Benefícios fiscais		-		160.391
Tributações autónomas		(57.451)		(27.014)
Outros		(41.164)		(26.586)
		(3.092.107)		(2.691.334)

23. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Gastos diferidos	871.559	1.087.736

A rubrica de “Gastos diferidos” inclui o montante de 832 milhares de euros (2013: 1.042 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

24. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	7.717.703	7.557.902
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	593.603	261.874
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	2.147.952	2.372.836
	10.459.258	10.192.612

A rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” inclui o montante de 559 milhares de euros relativos a valores a pagar a fornecedores e 942 milhares de euros relativos a sinistros a pagar.

25. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	654.669	862.070
Outros acréscimos de gastos	3.869.713	3.950.751
	4.524.382	4.812.821

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” inclui o montante de 311 milhares de euros (2013: 342 milhares de euros) relativos a férias e Respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui o montante de 1.235 milhares de euros (2013: 1.473 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

26. Outras provisões

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2013	402.635
Dotações	250.000
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	652.635
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	652.635

A provisão constituída em 2012 respeita a custos partilhados com o Novo Banco relativos a cobrança de prémios contratualmente estabelecidos, embora estes custos tenham, até à data, sido inteiramente assumidos pelo Novo Banco. Deste modo, a Companhia decidiu anular o acréscimo (efetuado em 2006) e constituiu uma provisão, uma vez que, embora o Novo Banco tenha vindo a assumir a totalidade dos mesmo e não se preveja que venha a existir posterior cobrança dos mesmos, contratualmente, estes custos devam ser partilhados. A provisão constituída em 2014 respeita a incertezas futuras relativas a comissões processadas.

27. Capital

Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social autorizado da GNB - Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	% Capital	
	2014	2013
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	25,00000%	25,00000%
Banco Espírito Santo, S.A.	0,00000%	24,99933%
Novo Banco, S.A.	24,99933%	0,00000%
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	0,00033%	0,00033%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	0,00033%	0,00033%
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	1.867.010	(541.433)	4.404.971	2.615.437
Aplicação de resultados	-	-	683.109	6.147.983
Distribuição Dividendos	-	-	-	(6.831.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	-	-
Alterações de justo valor	(176.711)	51.246	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.690.299	(490.187)	5.088.080	1.932.420
Aplicação de resultados	-	-	699.319	6.293.874
Distribuição Dividendos	-	-	-	(6.993.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	11.443	-
Alterações de justo valor	2.752.335	(620.471)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	4.442.634	(1.110.658)	5.798.842	1.233.294

*Dividendos**Distribuição de dividendos*

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2014 e 2013, é analisada da seguinte forma:

	2014	2013
Crédit Agricole Assurances, S.A.	3.496.500	3.415.500
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	1.748.250	1.707.750
Banco Espírito Santo, S.A.	1.747.784	1.707.294
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	233	228
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	233	228
	6.993.000	6.831.000

28. Gestão dos riscos de atividade

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

A estruturas orgânica da GNB Seguros incorpora a Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance. O âmbito de atuação desta Direção integra as áreas de Gestão de Risco e Controlo, Compliance ainda a área de Planeamento e Controlo de Gestão.

No que respeita às áreas de *Compliance*, Controlo Interno e Gestão de Risco, mantêm-se as anteriores competências.

Compete à Direção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às atividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos materiais de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades);
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

Controlo Interno

Compete à Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

Gestão de Risco

A gestão de risco apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do setor financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as Companhias se encontram sujeitas com impactos diretos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

Durante o ano de 2014 prosseguiram os diversos desenvolvimentos no que respeita à implementação do novo regime de solvência (Solvência II) quer ao nível dos processos quer no que respeita à implementação de ferramentas e suporte tecnológico. Neste contexto, a Companhia participou em diversos exercícios promovidos pelo Grupo Crédit Agricole e pelo regulador.

Também o crescente enfoque atribuído à análise e monitorização dos diversos riscos, bem como ao processo de comunicação interno, tem contribuído para o papel que a gestão de risco tem vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão.

À Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na GNB Seguros, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspetiva de exigência e confiança.

Relativamente à estrutura, informa-se que para além da referida Direção que integra a gestão de risco, a Companhia dispõe de um conjunto de Comitês, destacando-se o Comité de Controlo Interno e o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, *Compliance* e Serviços Externos Essenciais. Estes Comitês são compostos pela Comissão Executiva, por representantes do Crédit Agricole e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Encontram-se alocadas a estes comitês as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, definição de planos de melhoria contínua, avaliação e análise de riscos operacionais e de conformidade e análise das recomendações de auditoria interna, culminando na contribuição para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da GNB Seguros.

Constituem como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de *stress* e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, provisionamento e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

A Companhia apresenta a descrição dos vários riscos a que se encontra exposta, de acordo com a estrutura da Circular nº7/2009, de 23 de Abril, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, referente ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das Empresas de Seguros.

A. Risco Estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração, existindo uma comunicação regular desses objetivos a todos os colaboradores da Companhia.

As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

1) Desenho e Tarificação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos, que incluem sinistros a pagar, despesas e custo do capital.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, o qual poderá emitir recomendações sobre as matérias analisadas;
- É efetuada uma análise prévia em sede de Comité de Produtos no qual se encontram representadas todas as Direções operacionais. Previamente ao lançamento dos produtos são analisados e discutidos vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para o Presidente da Comissão Executiva para posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva. Após aprovação do Comité de Produtos por parte da Comissão Executiva, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção;
- Este processo é coadjuvado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;
- A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Mensalmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e sinistralidade referentes a todos os produtos;
- Periodicamente as tarifas são revistas e são elaborados estudos mais aprofundados dos produtos, efetuando-se perfis da carteira e analisando-se o movimento de apólices (novos, anulações), variações de prémios, frequências e taxas de sinistralidade.

2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida no sistema e aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de um regulamento interno de gestão de reclamações, que define prazos internos para o processamento e resposta de reclamações e no momento de subscrição disponibiliza aos clientes informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na Norma Regulamentar Nº10/2009-R, de 25 de Junho, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da *Best Estimate* (ex.: *Chain ladder*, *bootstrap*). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente o Gabinete de Atuariado efetua um acompanhamento e monitorização dos sinistros geridos pela Companhia.

É efetuado um acompanhamento mensal da sinistralidade, que abrange as taxas de sinistralidade, a frequência e os custos, incluindo os custos médios por sinistros.

Este acompanhamento permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarificação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada mensalmente às várias Direções da Companhia e à Comissão Executiva.

O Gabinete de Atuariado, bem como a Direção de Sinistros, efetuam uma análise regular e detalhada dos sinistros que envolvem danos corporais e dos sinistros graves, permitindo um ajustamento adequado das provisões, bem como uma análise ao nível do impacto no resseguro.

5) Resseguro

A mitigação de risco é efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo uma elevada exigência face aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu *rating*, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os principais tratados existentes na Companhia são Não Proporcionais – *Excess of Loss* – para os produtos Automóvel e Multirriscos e Proporcionais – *Quota Share* – para os outros produtos. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia. O período de retorno considerado foi de 300 anos.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2014	2013
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2. 272.685)	(2. 344.604)
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(4. 545.370)	(4. 689.207)
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(485.042)	(512.109)
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(970.085)	(1. 024.218)

Os valores apresentados representam apenas o efeito direto e linear no RAI

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações sobre políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas.

Regularmente é efetuada a monitorização dos ativos que representam as provisões técnicas.

1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread

- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.
- Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro. No exercício de 2013, a companhia não se encontrou exposta a este risco, uma vez que não procedeu a transações em moeda estrangeira.
- Risco de Variação das taxas de juro: As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco (contratos de derivados, análises ALM,...) têm como objetivo a optimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
- Risco de Imobiliário: A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não proceder a investimentos no setor imobiliário.
- Risco de Spread: Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultado (líquidos de imposto):

Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos
Valorização de 10% no valor de mercado de ações
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações

Valores em milhares de euros

2014

Capital Próprio	Ganhos e Perdas
(2.551)	82
2. 551	(17)
278	-
(278)	-

2013

Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos
Valorização de 10% no valor de mercado de ações
Desvalorização de 10% no valor de mercado de ações

Capital Próprio	Ganhos e Perdas
(2.556)	116
2. 629	(43)
221	-
(221)	-

2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2014 não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

3) Risco ALM

Não relevante para a atividade Não Vida.

Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

No Nível 3 da rubrica “Ações e fundos de investimento” encontram-se registadas as participações no capital de Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. e E.S.Contact Center – Gestão de Call Center, S.A. cuja valorização teve por base o método de equivalência patrimonial.

Os “Empréstimos e contas a receber” e a rubrica de “Outros devedores e credores” foram classificados no nível 2 e 3 respetivamente de acordo com as políticas definidas pelo grupo dado não terem cotações em mercados ativos.

O escalonamento dos ativos financeiros e não financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.063.512	-	-	2.063.512
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.241.069	-	48.503	90.289.572
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	12.518.192	-	-	12.518.192
De outros emissores	74.072.344	-	-	74.072.344
Ações e Fundos de Investimento	3.650.533	-	48.503	3.699.036
Empréstimos e contas a receber	-	8.251.813	-	8.251.813
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	3.606.937	3.606.937
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	561.061	561.061
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	1.836.895	1.836.895
Contas a receber por outras operações	-	-	1.208.981	1.208.981
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(10.459.258)	(10.459.258)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(7.717.703)	(7.717.703)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(593.603)	(593.603)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(2.147.952)	(2.147.952)

	2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.642.095	-	-	6.642.095
Ativos financeiros disponíveis para venda	83.329.928	-	47.166	83.377.094
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	10.080.067	-	-	10.080.067
De outros emissores	71.088.547	-	-	71.088.547
Ações e Fundos de Investimento	2.161.314	-	47.166	2.208.480
Empréstimos e contas a receber	-	10.136.537	-	10.136.537
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	-	-	3.464.440	3.464.440
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	449.165	449.165
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	2.124.352	2.124.352
Contas a receber por outras operações	-	-	890.923	890.923
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	(10.192.612)	(10.192.612)
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(7.557.902)	(7.557.902)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(261.874)	(261.874)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(2.372.836)	(2.372.836)

Em 2014 e 2013 não existiram transferências de ativos entre Níveis.

Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor

	2014		2013	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.063.512	2.063.512	6.642.095	6.642.095
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	8.251.813	8.251.813	10.136.537	10.136.537
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	3.606.937	3.606.937	3.464.440	3.464.440
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor	13.922.262	13.922.262	20.243.072	20.243.072
Outros credores por operações de seguro e outras operações	10.459.258	10.459.258	10.192.612	10.192.612
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	10.459.258	10.459.258	10.192.612	10.192.612

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

D. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, bancassurances, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de rating, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o rating das entidades envolvidas (em vigor neste momento: o pior rating entre as três mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	2014					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	2.061.676	1.836
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	9.278.857	26.416.539	30.485.085	15.334.618	5.120.940	3.653.533
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	8.251.813	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	19.178	86.338	1.146.424	562.045	1.792.952
Total	9.278.857	26.435.717	30.571.423	16.481.042	15.996.474	5.448.321

	2013					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	6.641.753	342
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.311.217	15.360.933	23.937.771	13.287.680	6.882.500	15.596.993
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	10.136.537	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	599.112	280.449	163.998	-	2.420.881
Total	8.311.217	15.960.045	24.218.220	13.451.678	23.660.790	18.018.216

Durante o ano de 2014, manteve-se a preocupação com as dívidas soberanas na Zona Euro. Neste sentido a Companhia deu continuidade ao acompanhamento desta situação, quer ao nível da gestão, quer ao nível do Comité Financeiro, de forma a identificar e avaliar o impacto desta crise na carteira de investimentos.

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2014			2013		
País emissor	Valor de Balanço	Percentagem	País emissor	Valor de Balanço	Percentagem
França	7.621.449	60,88%	França	1.031.475	10,23%
Polónia	588.464	4,70%	Polónia	-	-
Itália	-	-	Itália	2.072.709	20,56%
Finlândia	808.098	6,46%	Finlândia	-	-
Portugal	3.500.182	27,96%	Portugal	6.975.883	69,20%
Total	12.518.193	100,00%	Total	10.080.067	100,00%

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por rating, por classe de ativos (*asset allocation*) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, conforme se segue:

	2014	2013
Dívida Pública e Supranacional	18.706.367	16.285.317
Financeiro	40.078.580	33.219.144
Indústria	3.713.403	3.806.876
Comércio	10.910.112	4.464.583
Matérias-Primas	4.334.778	3.607.976
Outros Serviços	4.331.869	6.037.848
Telecomunicações	3.701.899	3.131.860
Consumíveis domésticos	1.146.908	-
Energia	4.951.432	7.330.617
Cuidados de Saúde	2.097.354	2.647.205
Fundos de Investimento	3.650.533	2.161.314
Tecnologia de Informação	1.044.454	684.354
	98.667.689	83.377.094

Considerando que os produtos que a GNB Seguros comercializa se dirigem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

F. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

	2014				
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.061.676	-	-	-	1.836
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.053.596	16.406.960	35.147.879	26.982.101	3.699.036
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	8.251.813	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.544.984	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.606.937	-	-	-	-
Total de Ativos	30.519.006	16.406.960	35.147.879	26.982.101	3.700.872
Provisões Técnicas	(39.390.555)	(10.509.034)	(5.919.560)	(8.626.652)	-
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(10.459.258)	-	-	-	-
Total de Passivos	(49.849.813)	(10.509.034)	(5.919.560)	(8.626.652)	-

	2013				
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.641.753	-	-	-	342
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	15.448.906	16.874.125	20.219.580	28.626.003	2.208.480
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	10.136.537	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.139.824	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.464.440	-	-	-	-
Total de Ativos	44.831.460	16.874.125	20.219.580	28.626.003	2.208.822
Provisões Técnicas	(41.904.190)	(11.179.648)	(6.297.306)	(9.177.146)	-
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(10.192.612)	-	-	-	-
Total de Passivos	(52.096.802)	(11.179.648)	(6.297.306)	(9.177.146)	-

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stress de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

G. Risco de Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e
- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direção de Auditoria Interna, e da Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance* e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e *compliance*, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de *outsourcing*, a Companhia dispõe de um Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do seu negócio.

H. Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);
- Desenvolvimento dos Planos de Continuidade de Negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

29. Margem de solvência

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia. Os requisitos de Capital da Companhia são acompanhados mensalmente e avaliados em função do capital previsto disponível. O processo é em última análise, sujeito à aprovação pela Comissão Executiva da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efetuada quaisquer alterações ao Capital Social, objetivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

	2014 (*)	2013
Capital social realizado	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	4.442.634	1.690.299
Reserva por impostos diferidos	(1.110.658)	(490.187)
Outras Reservas	5.798.842	5.088.080
Resultados transitados	1.233.294	1.932.420
Resultado líquido do exercício	7.732.627	6.993.193
Distribuição de dividendos	(8.190.000)	(6.993.000)
Imobilizações incorpóreas líquidas	(1.778.547)	(2.308.238)
Elementos Constitutivos da Margem Solvência (1)	23.128.191	20.912.567
Pelo método dos prémios	12.339.558	12.593.450
Pelo método dos sinistros	11.645.083	11.601.126
Pelo resultado limite	11.848.548	11.950.141
Montante da margem de solvência a constituir (2)	12.339.558	12.593.450
Montante do fundo de garantia a constituir	4.113.186	4.197.817
Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)	10.788.633	8.319.117
Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)	187,4%	166,1%

(*) Elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração.

30. Transações entre partes relacionadas

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

		2014				2013			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Novo Banco	1-2	9.822.552	6.639.779	2.050.553	21.478	-	-	-	-
		Ativos financeiros	9.822.552	-	21.478	-	-	-	-
		Prestação de serviços	-	6.639.779	-	-	-	-	-
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.		-	39.377	42.610	-	-	31.037	83.747	-
		Prestação de serviços	-	39.377	42.610	-	31.037	83.747	-
GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA		-	431.852	3.526	-	-	425.428	22.863	-
		Prestação de serviços	-	431.852	3.526	-	425.428	22.863	-
Fundo Pensões		-	-	-	-	-	405.993	43.029	-
		Comparticipações fundo pensões	-	-	-	-	405.993	43.029	-
ESEGUR, S.A.		-	-	2.496	-	-	208	2.646	-
		Prestação de serviços	-	2.496	-	-	208	2.646	-
ES Contact Center, S.A.		48.497	-	-	-	47.164	-	-	-
		Prestação de serviços	48.497	-	-	47.164	-	-	-
SGL Multipessoal, S.A.		-	2.456	40.334	-	-	-	36.110	-
		Prestação de serviços	-	2.456	40.334	-	-	36.110	-
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	1-2	182.203	962	3.653	-	148.683	258	6.252	-
		Ativos financeiros	182.203	-	-	148.683	-	-	-
		Prestação de serviços	-	962	3.653	-	258	6.252	-
Europ Assistance - Serviços Assistencia	5	-	-	42.731	-	-	2.993	100.674	-
		Prestação de serviços	-	-	42.731	-	2.993	100.674	-
CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.		-	20.901	20.176	-	-	5.138	20.025	-
		Prestação de serviços	-	20.901	20.176	-	5.138	20.025	-
CREDIT AGRICOLE SA		4.383.038	19.552	-	276.270	7.455.994	-	-	393.099
		Ativos financeiros	4.383.038	19.552	276.270	7.455.994	-	-	393.099
Europ Assistance	4	-	271.843	-	3.235.015	-	256.716	-	3.116.353
		Prestação de serviços	-	271.843	3.235.015	-	256.716	-	3.116.353
GNB Seguros Vida, S.A.	2-3	-	62.366	257.993	-	-	102.433	304.307	-
		Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
		Prestação de serviços	-	62.366	257.993	-	102.433	304.307	-
Novo Banco dos Açores	1-2	302.833	143.093	29.845	118.509	3.556.192	7.411	127.765	71.726
		Ativos financeiros	302.833	-	-	3.556.192	-	-	-
		Prestação de serviços	-	143.093	29.845	-	7.411	127.765	71.726
AdvanceCare, S.A.	5	-	816.548	4.390.393	-	3	722.297	4.309.012	-
		Prestação de serviços	-	816.548	4.390.393	-	722.297	4.309.012	-
Esumédica, S.A.		-	1.015	5.778	-	-	-	5.179	-
		Prestação de serviços	-	1.015	5.778	-	-	5.179	-
		14.739.123	8.449.745	6.890.088	3.651.272	11.208.036	1.959.912	5.061.609	3.581.178

Entidades que deixaram de pertencer do Grupo durante 2014

		2014				2013			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Banco Espírito Santo, S.A.	1-2	-	-	3.947.956	-	16.911.552	511.478	7.539.716	280.799
	Ativos financeiros	-	-	87.530	-	16.911.552	-	-	-
	Prestação de serviços	-	-	3.860.426	-	-	511.478	7.539.716	280.799
Espírito Santo Financial Group	2	-	-	-	-	1.009.653	-	-	68.750
	Ativos financeiros	-	-	-	-	1.009.653	-	-	68.750
		-	-	3.947.956	-	17.921.205	511.478	7.539.716	349.549

A natureza do relacionamento entre a GNB Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

- (1*) Comercialização de seguros;
(2*) Investimentos em títulos de dívida;
(3*) Empréstimos concedidos e arrendamento;
(4*) Resseguro;
(5*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

31. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 32 (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração faz parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB, o qual visa clarificar o conceito de “deter atualmente o direito legal de compensação”, e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos.

IAS 36 (alteração) ‘Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros’. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender.

IAS 39 (alteração) ‘Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura’. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação.

Alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27 - ‘Entidades de investimento’. A alteração define uma Entidade de investimento (‘Investment entities’) e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12.

IFRS 10 (nova), ‘Demonstrações financeiras consolidadas’. A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado.

IFRS 11 (nova), ‘Acordos conjuntos’. A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional de empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida.

IFRS 12 (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades'. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade.

Alterações à IFRS 10, 11 e 12, 'Regime de transição'. Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12.

IAS 27 (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas'. A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

IAS 28 (revisão 2011), 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial.

Alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014, ou em data posterior, e que a Entidade decidiu não adotar antecipadamente:

IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contabilísticas.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço.

IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28, 'Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os ativos

transferidos constituem um negócio, e apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros) quando os ativos transferidos não constituem um negócio.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”.

IFRS 11 (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais.

Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

As normas e interpretações emitidas que entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2014 não tiveram um impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. No respeitante às restantes normas e interpretações, a Companhia iniciou um processo de avaliação dos seus efeitos potenciais aguardado o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é exetável que as mesmas não tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

35. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 25 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
1.1.2.1 Acções							
ADVANCECARE- GESTÃO E SERVIÇOS SAUDE	1			4,99	5	6,00	6
ES CONTACT	43.750			1,10	48.162	1,11	48.497
	Sub-total	43.751			48.167		48.503
	Total	43.751			48.167		48.503
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
CREDIT AGRICOLE 5.875% /2009 - 11/06/2019		3.000.000	1,236074657		3.104.352		3.708.224
CREDIT AGRICOLE 2.375% /2014 - 20/05/2024		600.000	1,124690417		606.126		674.814
	Sub-total				3.710.478		4.383.038
	Total				3.710.478		4.383.038
2 - OUTROS TÍTULOS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
PGB 4.75% /2009 - 14/06/2019		3.000.000	1,17		3.068.483		3.500.182
	Sub-total				3.068.483		3.500.182
	Total				3.068.483		3.500.182
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DOW JONES EURO STOXX 50 EX	38.523			27,47	1.058.215	31,74	1.222.720
LYXOR ETF MSCI EUROPE	12.260			88,85	1.089.356	115,78	1.419.463
ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	33.500			29,65	993.383	30,10	1.008.350
	Sub-total	84.283			3.140.954		3.650.533
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
FINNISH GOVERNMENT 0.375% 2014/15-09-2020		800.000	1,01		796.258		808.098
FRTR 0.5% /2014 - 25/11/2019		7.500.000	1,02		7.489.376		7.621.449
REPUBLIC OF POLAND 3% - 2014 - 15/01/2024		500.000	1,18		513.049		588.464
	Sub-total				8.798.683		9.018.010
2.2.2.3 De outros emissores							
ANHEUSER-BUSCH 1.25% - 2012 / 24-03-2017		1.000.000	1,03		1.013.898		1.029.958
DAIMLER AG 2% /2013 - 07/04/2020		300.000	1,09		302.156		326.425
DEUTSCHE BANK AG 2014/08-09-2021		900.000	1,03		898.162		924.655
EFSS 2.75% /2011 - 05/12/2016		2.000.000	1,05		2.002.427		2.109.418
EFSS 1.625% /2012 - 15/09/2017		1.000.000	1,05		1.023.408		1.048.014
CADES 2.625% /2009 - 15/01/2015		1.000.000	1,03		1.027.259		1.025.571
AUCHAN SA 3.625% /2011 - 19/10/2018		1.000.000	1,13		1.071.167		1.126.950
CRED MUT CIC HOME 3.375% /2011 - 18/07/2016		1.000.000	1,07		1.015.924		1.066.049
CIE FIN FONCIER 2.25% /2012 - 21/08/2015		1.000.000	1,02		1.015.686		1.021.637
SANOFI 1% /2012 - 14/11/2017		500.000	1,02		499.730		511.054
DANONE 1.125% /2012 - 27/11/2017		700.000	1,02		699.384		716.827
DANONE 1.375% - 2014 / 10-06-2019		500.000	1,05		501.413		523.997
SANOFI 1.875% /2013 - 04/09/2020		700.000	1,08		698.912		756.512
KERING 1.375% /2014 - 01/10/2021		200.000	1,03		200.080		205.962
PUBLICIS GROUPE SA 1.125% /2014 - 16/12/2021 (Call=16/09/2021)		500.000	1,01		497.261		504.691
ENEL-SOCIETA PER AZIONI 4.75% /2003 - 12/06/2018		500.000	1,16		537.276		580.099
DTSCH TLK INT 4% /2005 - 19/01/2015		500.000	1,04		531.480		519.809
TELIASONERA AB 4.125% /2005 - 11/05/2015		500.000	1,04		530.651		519.718
PROCTER & GAMBLE 5.125% /2007 - 24/10/2017		1.000.000	1,15		1.144.812		1.146.908
PHILIP MORRIS 5.75% /2009 - 24/03/2016		500.000	1,11		564.758		555.477
GLAXOSMITHKLINE 3.875% /2009 - 06/07/2015		800.000	1,04		843.170		829.782
ESFG 6.875% /2009 - 21/10/2019		1.000.000	0,00		3.000		3.000
VOLKSWAGEN FIN 3.5% 2009-02/02/2015		500.000	1,03		522.520		516.948
EIB Float /2010 - 15/01/2018		2.000.000	1,00		1.987.755		2.005.172
EDP FINANCE 3.25% - 2010 / 16-03-2015		1.000.000	1,03		1.023.771		1.029.892
BARCLAYS BK PLC 3.5% /2010 - 18/03/2015		1.000.000	1,03		1.042.470		1.033.856
VALE SA 4.375% 2010 - 24/03/2018		500.000	1,11		559.441		555.666
VOTO-VOTORANTIM 5.25% /2010 - 28/04/2017		500.000	1,11		534.960		555.329
LLOYDS TSB BANK PLC 3.75% /2010 - 07/09/2015		1.000.000	1,04		1.053.143		1.035.275
SOCGEN 3.125% /2010 - 21/09/2017		1.000.000	1,08		1.005.615		1.083.017
BP CAP MARKETS 3.83% /2010 - 06/10/2017		800.000	1,10		844.487		879.947
ENI SPA 3.5% 2010 - 29/01/2018		600.000	1,12		660.000		672.330
IPIC GMTN LTD 4.875% 14/05/2016		1.000.000	1,08		1.093.417		1.083.763
SANTANDER INTL DEBT SA 4.5%/ 2011 - 18/05/2015		500.000	1,04		522.422		521.108
DEUTSCH BAHN FIN BV 2.875% 2011 - 30/06/2016		1.000.000	1,05		1.018.055		1.054.423
HSBC BANK PLC 3.875% /2011 - 24/10/2018		1.000.000	1,14		1.123.602		1.139.269
GAZ CAPITAL 3.755% /2012 - 15-03-2017		500.000	0,95		518.743		475.544
ATLANTIA 4.375% - 2012 / 16-03-2020		500.000	1,21		535.124		605.665
TEL. ITALIA 4.5% - 2012 / 20-09-2017		500.000	1,08		522.296		542.363
	Sub-total				31.189.834		31.842.078

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					31.189.834		31.842.078
PTRBRAS GB FIN 3.25% /2012 - 01/04/2019		500.000	0,92		509.791		461.409
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2012 - 17/10/2016		500.000	1,01		500.407		506.336
STANDARD CHART 1.75% - 2012 / 29-10-2017		1.000.000	1,04		1.002.102		1.036.841
ENEXIS HOLDING NV 1.875% /2012 - 13/11/2020		500.000	1,07		497.893		534.873
SKANDINAVISKA ENSKILDA 1.875% /2012 - 14/11/2019		800.000	1,07		797.389		855.332
IBM 1.375% - 2012 / 19-11-2019		500.000	1,04		499.063		521.721
JPMORGAN CHASE & CO 1.875% /2012 - 21/11/2019		1.000.000	1,06		996.088		1.062.825
XSTRATA FIN DUBAI Step 2.375% - 2012 / 19-11-2018		500.000	1,06		499.939		528.790
BMW 1.5% - 2012 / 05-06-2018		750.000	1,05		755.409		784.972
AT & T INC 1.875% /2012 - 04/12/2020		750.000	1,06		745.215		793.010
RIO TINTO FINANCE PLC 2% / 2012 - 5/11/2020		750.000	1,07		754.952		803.484
BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 1.5% /2013 - 15/04/2020		1.000.000	1,07		1.006.190		1.071.795
NATIONAL GRID NA INC 1.75% 2013/20-02-2018		500.000	1,05		513.462		526.917
PHILIP MORRIS INTL INC 1.75% /2013 - 19/03/2020		750.000	1,07		756.059		800.333
VOLKSWAGEN INTL FIN NV 2% /2013 - 26/03/2021		500.000	1,10		505.090		547.806
Orange 1.875% /2013 - 02/10/2019		300.000	1,06		300.012		318.628
HEINEKEN NV 2% /2013 - 06/04/2021		500.000	1,08		505.443		541.495
NORDEA BANK AB 1.375% /2013 - 12/04/2018		700.000	1,04		706.589		728.152
WESTPAC BANKING CORP 1.375% /2013 - 17/04/2020		1.500.000	1,06		1.512.556		1.588.754
CARREFOUR SA 1.75% /2013 - 22/05/2019		500.000	1,06		504.560		529.176
ROLLS-ROYCE PLC 2.125% 18/06/21		500.000	1,09		501.970		544.420
MORRISON SUPERMARKETS 2.25% - 2013 / 19-06-2020		500.000	1,03		503.148		514.555
TOTAL CAPITAL CANADA LTD 1.875% /2013 - 09/07/2020		200.000	1,08		200.271		215.026
JOHN DEERE BANK SA 1.5% /2013 - 16/07/2018		200.000	1,04		201.355		208.843
TOYOTA MOTOR CREDIT CORP 1.8% /2013 - 23/07/2020		1.000.000	1,07		1.004.249		1.074.320
POHJOLA BANK PLC 1.75% /2013 - 29/08/2018		500.000	1,05		502.227		526.653
AMERICAN HONDA FINANCE 1.875% /2013 - 04/09/2019		500.000	1,07		502.449		534.411
STATOIL ASA 2% - 2013 / 10-09-2020		600.000	1,08		599.679		648.256
MACQUARIE BANK LTD 2.5% 2013-18/09/2018		500.000	1,07		501.884		536.082
3M 1.875% - 2013 / 15-11-2021		700.000	1,08		697.133		752.978
COCA-COLA Enterp 2.625% - 2013/06-11-2023		600.000	1,11		600.252		665.691
BSH BOSCH UND SIEMENS HA 1.875% 2013/13-11-2020		500.000	1,07		498.414		536.198
TESCO CORP TREAS SERV 1.25% 2013/13-11-2017		500.000	0,98		498.942		491.992
NATIONAL AUSTRALIA BANK 2% 2013/12-11-2020		500.000	1,08		497.517		541.272
ANGLO AMERICAN 1.75% - 2013 / 20-11-2017		500.000	1,03		499.433		513.703
SABIC CAPITAL I BV 2.75% 2013/20-11-2020		500.000	1,08		498.032		540.585
MICROSOFT CORP 2.125% 2013-06/12/2021 (Call=06/09/2021)		200.000	1,09		199.586		218.603
RABOBANK NEDERLAND 1.75% 2014/22-01-2019		900.000	1,07		910.700		962.069
SKANDINAVISKA ENSKILDA 2% 2014/19-02-2021		500.000	1,09		505.920		547.475
POHJOLA BANK PLC 2% 2014/03-03-2021		500.000	1,09		505.171		547.006
IMP TOBACCO 2.25% - 2014 / 26-02-2021		250.000	1,08		252.881		270.173
SWEDBANK AB 1.5% 2014/18-03-2019		750.000	1,06		757.227		792.612
MORGAN STANLEY 2.375% - 2014 / 31-03-2021		500.000	1,09		507.067		545.977
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.625% 2014/03-04-2019		500.000	1,05		505.515		527.380
PEPSICO INC 1.75% 2014/28-04-2021 (Call=26/01/2021)		500.000	1,07		503.506		536.236
CODELCO INC 2.25% 2014-09/07/2024		800.000	1,05		798.316		837.222
BMW FINANCE NV 1.25% 2014/05-09-2022		250.000	1,04		250.107		260.682
MACQUARIE BANK LTD 1% - 2014 / 16-09-2019		500.000	1,01		501.482		505.237
VODAFONE 1% - 2014 / 11-09-2020 (cal=11-06-2020)		500.000	1,01		495.801		503.681
COCA-COLA 1.125% 2014 / 22-09-2022		1.000.000	1,03		994.533		1.027.793
BP CAPITAL MARKETS PLC 1.526% 2014 / 26-09-2022		500.000	1,03		502.058		515.158
CREDIT SUISSE LD 1.375% /2014 - 31/01/2022		500.000	1,03		500.388		515.583
BABCOCK INTL GROUP PLC 1.75% /2014 - 06/10/2022		500.000	1,03		499.802		516.597
CANADIAN IMPERIAL BANK 0.375% /2014 - 15/10/2019		500.000	1,00		498.541		500.346
CAISSE CENTRALE DESJARDN 0.375% 2014/22-10-2019		500.000	1,00		499.130		499.035
WELLS FARGO CO 1.125% /2014 - 29/10/2021		800.000	1,02		796.953		812.929
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2014 - 08/11/2021		500.000	1,02		496.895		508.030
APPLE INC 1% /2014 - 10/11/2022		300.000	1,01		298.574		304.130
AUST & NZ BANK GROUP 0.375% 2014/19-11-2019		500.000	1,00		499.089		499.369
LLOYDS BANK PLC 1% 2014/19-11-2021		400.000	1,01		397.302		404.688
MORGAN STANLEY Float 2014/19-11-2019		500.000	1,00		499.740		500.225
CREDIT SUISSE 0.625% 2014/20-11-2018		800.000	1,00		799.368		801.362
Sub-total					67.340.648		69.689.305
Total		84.283			79.280.285		82.357.848
3 - TOTAL GERAL		128.034			86.107.412		90.289.572

Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença				
Acidentes Pessoais	1.321.282	623.176	559.506	(138.600)
Doença	4.944.488	2.501.355	152.120	(2.291.013)
Incêndio e outros danos	5.020.747	2.816.225	513.236	(1.691.286)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	21.786.851	3.046.011	11.097.972	(7.642.868)
Outras Coberturas	1.164.932	252.042	240.125	(672.765)
TOTAL GERAL	34.238.300	9.238.809	12.562.959	(12.436.532)

* Sinistros ocorridos no ano 2013 e anteriores

Anexo 3:

Ramo/Grupos de Ramos	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes e doença				
Acidentes Trabalho	-	(21)	(1.000)	(1.021)
Acidentes Pessoais	(1.193.795)	(3.833)	(527.672)	(1.725.300)
Doença	(17.589.472)	(4.249.589)	895.781	(20.943.280)
Incendio e outros danos	(14.167.295)	(1.148.888)	568.167	(14.748.016)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	(7.466.180)	(41.659)	187.472	(7.320.367)
Outras Coberturas	(1.588.549)	(1.081.872)	122.382	(2.548.039)
Total	(42.005.291)	(6.525.862)	1.245.130	(47.286.023)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4:

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo					
Acidentes Trabalho	20.824	15.508	(1.021)	(11.730)	(7.587)
Acidentes e doença					
Acidentes Pessoais	3.478.724	6.154.561	(1.725.300)	(1.640.524)	(533.423)
Doença	27.146.583	27.261.583	(20.943.281)	(3.431.069)	(475.346)
Incendio e outros danos	24.095.322	24.185.673	(14.748.016)	(5.108.864)	(2.060.297)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	9.517.538	9.668.447	(7.320.366)	(927.519)	2.910
Outras Coberturas	6.771.282	6.673.803	(2.548.039)	(2.020.865)	(1.969.916)
Total	71.030.273	73.959.575	(47.286.024)	(13.140.572)	(5.043.659)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos Resseguradores

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de GNB – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 115.525.908 Euros e um total de capital próprio de 33.096.739 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.732.627 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de GNB – Companhia de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respectivas alterações subsequentes.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o referido no capítulo 1.4.11 do Relatório de Gestão, quanto à existência de algum contexto de incerteza decorrente do processo de venda do Novo Banco, actualmente em curso. Sendo este o principal parceiro de negócio e um dos accionistas de referência da Companhia, poderão advir eventuais impactos no desenvolvimento da actividade e estrutura accionista.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

GNB – Companhia de Seguros, SA

Relatório e Parecer

do

Conselho Fiscal

Exercício 2014

Exmos. Senhores Accionistas

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal do GNB - Companhia de Seguros, SA examinou o relatório de gestão, o balanço, a conta de ganhos e perdas, e a demonstração de variações do capital próprio, a demonstração do rendimento integral, a demonstração dos fluxos de caixa e as respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. Cumpre-nos referir que no início do segundo semestre se deu o colapso financeiro do Banco Espírito Santo (BES), tendo sido adoptado, no dia 3 de Agosto, a Medida de Resolução tendo levado à extinção do BES e à constituição do Novo Banco, S.A..
Por este motivo esta sociedade alterou a sua denominação social de BES Seguros, Companhia de Seguros, S.A. para GNB – Companhia de Seguros, S.A., que passou a ser detida a 100% pelo Novo Banco, S.A..
3. A Medida de Resolução, anteriormente referida, teve repercussões negativas na actividade da empresa, porquanto, apesar de um primeiro semestre em crescimento, o segundo semestre foi fortemente influenciado por uma significativa diminuição do volume de apólices vendidas.
4. No decurso do ano económico acompanhámos, com assiduidade, o desenvolvimento da actividade da companhia e a sua gestão, tendo recebido do Conselho de Administração e dos vários departamentos todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.

5. Acompanhámos, ainda, com particular relevo e detalhe os desenvolvimentos dos procedimentos adoptados pela companhia, nomeadamente, nas áreas da gestão do risco, do sistema de controlo interno, do *compliance* e da infra estrutura informática.
6. Efectuámos reuniões regulares com os responsáveis dos principais departamentos e pudemos constatar que a companhia continua a adoptar uma política de utilização racional dos seus recursos, de rigoroso controlo de custos alicerçado numa vontade crescente de progresso da actividade operacional.
7. No âmbito das nossas atribuições acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, apreciámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados que foram objecto de trabalho efectuado pelo revisor oficial de contas, com quem reunimos e que nos apresentou a certificação legal das contas, documento com o qual concordamos.
8. Apreciámos o relatório do conselho de administração que foi elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.
8. Tendo em consideração o relatório exposto, somos de parecer:
 - 1º - Que sejam aprovados o relatório do conselho de administração e as contas, tal como estão apresentadas, referentes ao exercício de 2014;
 - 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido do período;
 - 3º - Que seja aprovado um voto de confiança ao conselho de administração pela forma criteriosa e eficaz como conduziu os negócios da GNB, Companhia de Seguros.

Lisboa, 26 de Março de 2015

Presidente: José Maria Ribeiro da Cunha

Vogal: Jean Roger Allely

Vogal: Jacques dos Santos